

Projeto Educativo

2018-2021

Por uma
Cidadania Ativa



Rua Prof. João Porto
6050-344 Nisa



www.escolasdenisa.org.pt



“POR UMA CIDADANIA ATIVA”

*O que distingue o desenvolvimento do atraso é a aprendizagem.
... tudo nos obriga à recusa de receitas ou da rigidez e a um apelo a pensar e a
criar um destino comum humanamente emancipador.* (Guilherme d'Oliveira Martins, 2017)

Conselho Pedagógico de 28/11 /2018

Aprovado em Conselho Geral de 13/12/2018

Índice

ENQUADRAMENTO LEGAL	6
EVOLUÇÃO NORMATIVA	6
METODOLOGIA.....	8
ENQUADRAMENTO CONCEPTUAL.....	9
VISÃO, MISSÃO, VALORES E OBJETIVOS DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR	10
OBJETIVOS ESTRUTURANTES.....	11
1 CONTEXTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO/CARACTERIZAÇÃO DO MEIO.....	12
1.1. SITUAÇÃO GEOGRÁFICA	12
1.2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO	12
1.3. SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA.....	13
1.4. SITUAÇÃO ECONÓMICO-SOCIAL.....	14
2 CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO.....	16
2.1. ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO EDUCATIVA	16
2.1.1. ÓRGÃOS DE DIREÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO	16
2.1.2. DEPARTAMENTOS CURRICULARES	16
2.1.3. DIRETORES DE TURMA / TITULARES DE TURMA / TITULARES DE GRUPO	17
2.1.4. SERVIÇOS TÉCNICO-PEDAGÓGICOS.....	17
2.2. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO ESCOLAR	21
2.2.1. ALUNOS	21
2.2.2 PESSOAL DOCENTE	24
2.2.3. PESSOAL NÃO DOCENTE.....	26
2.2.4. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO	26
2.2.5. ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES	26
2.3. ATIVIDADES EXTRACURRICULARES E PROJETOS	27
2.3.1. ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR	27
2.4. FORMAÇÃO.....	27
2.5. PARCERIAS	28

2.6. AUTOAVALIAÇÃO.....	29
2.7. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR	29
2.7.1. CRITÉRIOS DE CONSTITUIÇÃO DE TURMAS.....	29
2.7.2. ORGANIZAÇÃO DOS HORÁRIOS DE ALUNOS E DE PROFESSORES	32
2.7.3. CALENDÁRIO ESCOLAR	34
3 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO	35
3.1 ANÁLISE SWOT.....	35
3.2. RESULTADOS ESCOLARES	38
3.2.1 INDICADORES DE CONTEXTO	38
3.2.2 METAS DE SUCESSO ESCOLAR	40
5.1. DIMENSÃO A: PROMOVER UMA CULTURA PARTICIPATIVA, FOMENTADORA DE MOTIVAÇÃO E INTERAÇÃO NA COMUNIDADE ESCOLAR	43
5.2. DIMENSÃO B: MELHORAR OS RESULTADOS DAS APRENDIZAGENS DOS ALUNOS NAS SUAS DIVERSAS DIMENSÕES	45
5.3. DIMENSÃO C: GARANTIR A QUALIDADE DO SERVIÇO EDUCATIVO PRESTADO PELO AGRUPAMENTO...	51
5.4. DIMENSÃO D: MELHORAR A GESTÃO E ORGANIZAÇÃO ESCOLAR.....	54
7. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO	60
Anexo 1 – Resultados Escolares	64
Anexo 2 – Critérios de Avaliação	70
Anexo 3 – Matriz Curriculares.....	86
Anexo 4 – Organograma.....	101

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - População Portuguesa que já residiu no estrangeiro. Censo 2011 (www.ine.pt)	14
Gráfico 2 - Dados do Município de Nisa (Fonte: www.pordata.pt a 18-06-2018)	15
Gráfico 3 - Percentagem de alunos do sexo feminino e masculino (Relatório Avaliação das Turmas – Aplicação netAlunos)	22
Gráfico 4 - Média de alunos por turma em cada ciclo (Relatório Avaliação das Turmas – Aplicação netAlunos)	22
Gráfico 5 - Alunos integrados no Regime Educativo Especial (Relatório Avaliação das Turmas – Aplicação netAlunos)	22
Gráfico 6 - Nível de escolaridade dos Encarregados de Educação (Relatório Avaliação das Turmas – Aplicação netAlunos)	23
Gráfico 7 - Percentagem de alunos com ASE A e, Gráfico 8 - Percentagem de alunos com ASE B.....	23
Gráfico 9 - Distribuição dos docentes em função do género (Fonte: Programa GPV)	24
Gráfico 10 - Número de Docentes por tempo de serviços (Fonte: Programa GPV).....	24
Gráfico 11 - Número de docentes por Grau Académico (Fonte: Programa GPV)	25
Gráfico 12 - Número de docentes por Vínculo (Fonte: Programa GPV)	25
Gráfico 13 - Número de Docentes por Idade (Fonte: Programa GPV)	25
Gráfico 14 - Distribuição dos Não Docentes em função do género (Fonte: Misi - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência)	26
Gráfico 15 - Taxa de Retenção do Agrupamento (Fonte: PNPSE MISI-DGEEC)	38
Gráfico 16 - Resultados dos Exames Nacionais do Ensino Básico - Desvio CIF-CE (Fonte: JNE - Programa ENEB)	39
Gráfico 17 - Resultados dos Exames Nacionais do Ensino Secundário - Desvio CIF-CE (Fonte: JNE - Programa ENES).....	39
Gráfico 18 - Taxa de Absentismo Escolar do Agrupamento (Fonte: Misi – DGEEC).....	39
Gráfico 19 - Alunos colocados no Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior (Fonte: JNE - Programa ENES).....	40

Índice de Tabelas

Tabela 1- Quadro-Resumo: Dados do Município de Nisa, NUTS III e Portugal (Fonte: www.pordata.pt a 15-05-2018)	13
Tabela 2 - Departamentos Curriculares	16
Tabela 3 - Número de alunos do Agrupamento de Escolas de Nisa	21

Índice de Figuras

Figura 1—Localização Geográfica do Concelho de Nisa	12
---	----

O projeto educativo é a expressão da identidade da escola.

(Madeira, 1995; Ferreira, 1995; Tripa, 1994)

ENQUADRAMENTO LEGAL

EVOLUÇÃO NORMATIVA

A sistemática alteração de políticas educativas tem caracterizado o Sistema Educativo português, onde há muito se defende um pacto para a educação como forma de estabilizar a teia legislativa que obstaculiza o processo de definição de Projeto Educativo de Escola enquanto instrumento, por excelência, da construção da autonomia do estabelecimento de ensino (Canário, Rui, 1992).

Esta autonomia da escola que se deseja construída e não decretada tem uma abordagem crítica de investigadores onde “Os decretos, portarias e outros normativos sucedem-se numa lógica aditiva que faz com que coexistam, sincrónica ou diacronicamente, medidas similares, contraditórias ou recorrentes num processo [...] de difícil elucidação” (Barroso, João, 2004).

Pese embora esta dimensão crítica de um longo quadro legal cuja bondade na sua letra e intenção de atribuir mais autonomia às escolas está bem patente e fundamentada, não corresponde de todo aos legítimos anseios dos diferentes atores organizacionais em cada escola, como, sinteticamente, se poderá ver seguidamente, apesar da conceção do Projeto Educativo ser acompanhado, nas últimas duas décadas, da crescente evolução e consolidação da autonomia, gestão e administração das escolas.

Em 1986, com a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), lei n.º 46/86, de 14 de outubro, reconhecem-se espaços de liberdade para que as escolas definam um conjunto de normativos internos (Projeto Educativo, Regulamento Interno, Plano Curricular de Escola, entre outros) que, de acordo com a sua identidade e considerando o contexto social em que se inserem, estabeleçam o seu caráter próprio e as suas especificidades.

No entanto, na opinião de Costa (2004) *“Ainda que a noção de Projeto Educativo da escola não se encontre explícito na LBSE, é no quadro da reflexão reformadora sobre a administração e gestão das escolas que se lhe seguiu que podemos situar as primeiras conceptualizações sobre esta temática”*.

Em 1989, na sequência da LBSE é publicado o decreto-lei n.º 43/89, de 3 de fevereiro, em que o Projeto Educativo surge claramente como um instrumento, não só na reorganização do sistema e da administração educativa, mas também na concretização e desenvolvimento da autonomia das escolas, definindo-se que “(...) a autonomia da escola concretiza-se na elaboração de um projeto educativo próprio, constituído e

executado de forma participada, dentro de princípios de responsabilização dos vários intervenientes na vida escolar e de adequação a características e recursos da escola e às solicitações e apoios da comunidade em que se insere.” [artigo 2.º, 1)].

Em 1991, a importância atribuída ao projeto educativo consolida-se com um novo regime de direção, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e em que se realça o papel do projeto educativo no modelo de direção, gestão e administração escolar (decreto-lei n.º 172/91, de 10 de maio).

A mobilização de todos os elementos da comunidade educativa da qual resulte uma dinâmica participativa e integrativa de projeto educativo, surge com o despacho nº 113/ME/93, de 23 de junho, no qual se assinala que “(...) o projeto educativo da escola é um instrumento aglutinador e orientador da ação educativa que esclarece as finalidades e funções da escola, inventaria os problemas e os modos possíveis da sua resolução, pensa os recursos disponíveis e aqueles que podem ser mobilizados”.

Um novo quadro conceptual do exercício da autonomia, gestão e administração das escolas é preconizada no decreto-lei n.º 115-A/98, de 4 de maio, conhecido como regime de autonomia, o qual constitui uma clara rutura com os normativos anteriores. No seu preâmbulo enfatiza-se que o “(...) reforço da autonomia não deve, por isso, ser encarado como um modo de o Estado aligeirar as suas responsabilidades, mas antes pressupõe o reconhecimento de que, mediante certas condições, as escolas podem gerir melhor os recursos educativos de forma consistente com o seu projeto educativo.”

Uma década depois, surge o decreto-lei n.º 75/2008, de 22 de abril, que confere também às escolas um reforço da sua autonomia, sobretudo na capacidade de gestão da sua organização interna, verificando-se como principal instrumento o seu Projeto Educativo como se pode ler no ponto 1 do artigo 9º: *“a) «Projeto Educativo» o documento que consagra a orientação educativa do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais o agrupamento de escolas ou escola não agrupada se propõe cumprir a sua função educativa”*

Em 2012, com a publicação do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho, novas mudanças surgiram no regime de governação das escolas, introduzidas não como um novo Regime de Autonomia, Administração e Gestão, mas como alterações ao Decreto-Lei n.º 75/2008. Neste normativo, “O projeto educativo [...] constitui um documento objetivo, conciso e rigoroso, tendo em vista a clarificação e comunicação da missão e das metas da escola no quadro da sua autonomia pedagógica, curricular, cultural, administrativa e patrimonial, assim como a sua apropriação individual e coletiva”.

O objetivo deste diploma legal é também o reforço da autonomia das escolas, entendida como “um valor instrumental, o que significa que do reforço da autonomia das escolas tem de resultar uma melhoria do serviço público da educação”, associando “a maior autonomia, maior responsabilidade”. Considera instrumentos dessa autonomia, o projeto educativo, o regulamento interno, os planos anual e plurianual de atividades e o orçamento, sendo que “o projeto educativo é o documento que consagra a orientação educativa (...), elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa” (Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho, artº 9º-A, 2 a)).

Em síntese, parece ser claro que o Projeto Educativo representa, genericamente, um verdadeiro plano estratégico para a escola e que, nesse sentido, constitui não só um quadro de operacionalização de um projeto de gestão no âmbito da autonomia, mas também o documento que consagra a sua orientação educativa.

METODOLOGIA

Durante a elaboração do presente documento procedeu-se à apreciação do Projeto Educativo, referente ao quadriénio 2014/2017, bem como do Projeto de Intervenção do Diretor deste Agrupamento de Escolas, apresentado em janeiro de 2016 e do Plano de Ação Estratégica de Promoção do Sucesso Escolar, de junho de 2016.

Pretende-se, no atual documento, manter os princípios e valores constantes no Projeto Educativo do triénio anterior, procedendo-se, no entanto, à necessária atualização de dados e conceitos, integrando o preconizado no Projeto de Intervenção do Diretor e no Plano de Ação Estratégica de Promoção do Sucesso Escolar.

Considerando a importância da participação da comunidade educativa na elaboração do Projeto Educativo, foram envolvidos neste processo os diferentes parceiros da comunidade. A consulta a professores, pais, encarregados de educação, alunos e funcionários, foi concretizada através de questionários (“Google Drive”), da divulgação da proposta do documento na Biblioteca, no site do Agrupamento e na Biblioteca Municipal de Nisa.

ENQUADRAMENTO CONCETUAL

“O Projeto Educativo, como expressão do modo como a comunidade educativa assume a sua identidade, define o sentido da sua ação educativa, afirma a sua autonomia, revela-se um elemento fundamental da dinâmica e do desenvolvimento da vida organizativa da escola”. Macedo, Berta (1995:113)

O Projeto Educativo (PE) do Agrupamento de Escolas de Nisa, na sua matriz identitária, pretende ser assumido como um espaço e um tempo que permite desenvolver relações de proximidade, de partilha de valores e de expectativas entre os membros da organização e da comunidade, tendo em vista uma maior coesão e satisfação organizacional.

Esta visão de Projeto Educativo que segundo Costa (2003:79) nos remete para um “...mecanismo desencadeador de um processo de interiorização de valores comuns, de construção de uma cultura e de uma identidade próprias e de mobilização dos vários membros à volta de uma visão partilhada do futuro e de uma missão a cumprir”, será o nosso ideário para uma escola inclusiva, cultural e de exigência em aprendizagens significativas, que forme cidadãos para as próximas décadas do século XXI.

Enquanto documento que consagra a orientação educativa desta unidade orgânica no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais se propõe cumprir a sua função educativa, a convergência e articulação com o esquema concetual (figura 1) do Documento Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (PASEO), recentemente aprovado (Despacho n.º 6478/2017, de 26 de julho), constitui-se como desiderato formativo na organização de todo o sistema educativo, onde se reforça que todos os saberes são orientados por princípios, por valores e por uma visão explícitos, consistente com a visão de futuro definida como relevante para os jovens portugueses do nosso tempo.



Figura 1. Esquema concetual do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória

Este Projeto Educativo mantém e amplia o enfoque na temática geral do anterior “Por uma Cidadania Ativa”, opção que consideramos de plena atualidade dada a prioridade definida no Programa do XXI Governo Constitucional para a área da Educação, onde foi produzida a Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ENEC), que “integra um conjunto de direitos e deveres que devem estar presentes na formação cidadã das crianças e dos jovens portugueses, para que no futuro sejam adultos e adultas com uma conduta cívica que privilegie a igualdade nas relações interpessoais, a integração da diferença, o respeito pelos

Direitos Humanos e a valorização de conceitos e valores de cidadania democrática, no quadro do sistema educativo, da autonomia das escolas e dos documentos curriculares em vigor.” (ENEC, 2017)

O desafio que se nos apresenta visa, portanto, um Perfil de Alunos para uma educação escolar em que os alunos desta geração global constroem e sedimentam uma cultura científica e artística de base humanista, onde à escola compete propiciar um ambiente estimulante de aprendizagem e o desenvolvimento de conhecimento em áreas tão sensíveis na atualidade como a sustentabilidade, a interculturalidade, a igualdade, a identidade, a participação na vida democrática, a inovação, a criatividade, a atitude cívica individual e o relacionamento interpessoal, a fim de responder às exigências destes tempos de imprevisibilidade e de mudanças aceleradas.

De igual modo, para além de toda a formação de base humanista proposta neste documento, impõe-se motivar todas as crianças e jovens para os valores da excelência e exigência preconizadas no PASEO: Aspirar ao trabalho bem feito, ao rigor e à superação; ser perseverante perante as dificuldades; ter consciência de si e dos outros; ter sensibilidade e ser solidário para com os outros, querer aprender mais; desenvolver o pensamento reflexivo, crítico e criativo; procurar novas soluções e aplicações.

Para que este Projeto Educativo possa ser um instrumento operativo, torna-se indispensável que o mesmo integre, no seu processo de elaboração, a mais ampla participação da comunidade educativa relativamente aos diferentes aspetos da educação e formação, nomeadamente organização escolar, relação pedagógica, recursos humanos e materiais, a fim de que todos os seus membros sintam que o projeto lhes pertence e façam dele um instrumento de trabalho contínuo.

Educar no século XXI, agora, exige visão para formar cidadãos para os desafios de uma sociedade de 2030, mas também que seja possível garantir a todos as melhores oportunidades educativas, independentemente do percurso escolar que cada um possa realizar em função dos seus objetivos, aceitando a diversidade de percursos, assegurando a coerência do sistema de educação e dando sentido à escolaridade obrigatória.

VISÃO, MISSÃO, VALORES E OBJETIVOS DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

VISÃO

O Agrupamento de Escolas de Nisa pretende afirmar-se e ser reconhecido como uma instituição de referência e de excelência, pela qualidade, ao nível do ensino e da formação, pelo desenvolvimento de práticas educativas inovadoras e pela qualidade na formação de cidadãos responsáveis e empreendedores.

MISSÃO

Educar e formar cidadãos cada vez mais autônomos, responsáveis, solidários, empreendedores e cultos.

Promover a aprendizagem ao longo da vida, valorizando a formação contínua de jovens e adultos, as competências individuais respeitando as diferenças, formando para o comprometimento democrático e cívico na construção de um destino coletivo e de um projeto de sociedade que potenciem a afirmação das mais nobres e elevadas qualidades de cada ser humano.

VALORES

Todas as crianças e jovens devem ser encorajados, nas atividades escolares, a desenvolver e a pôr em prática os valores por que se deve pautar a cultura de escola, a seguir enunciados.

- Responsabilidade e integridade – Respeitar-se a si mesmo e aos outros; saber agir eticamente, consciente da obrigação de responder pelas próprias ações; ponderar as ações próprias e alheias em função do bem comum.
- Excelência e exigência – Aspirar ao trabalho bem feito, ao rigor e à superação; ser perseverante perante as dificuldades; ter consciência de si e dos outros; ter sensibilidade e ser solidário para com os outros.
- Curiosidade, reflexão e inovação – Querer aprender mais; desenvolver o pensamento reflexivo, crítico e criativo; procurar novas soluções e aplicações.
- Cidadania e participação – Demonstrar respeito pela diversidade humana e cultural e agir de acordo com os princípios dos direitos humanos; negociar a solução de conflitos em prol da solidariedade e da sustentabilidade ecológica; ser interventivo, tomando a iniciativa e sendo empreendedor.
- Liberdade – Manifestar a autonomia pessoal centrada nos direitos humanos, na democracia, na cidadania, na equidade, no respeito mútuo, na livre escolha e no bem comum.

OBJETIVOS ESTRUTURANTES

- PROMOVER UMA CULTURA PARTICIPATIVA, FOMENTADORA DE MOTIVAÇÃO E INTERAÇÃO NA COMUNIDADE ESCOLAR
- MELHORAR OS RESULTADOS DAS APRENDIZAGENS DOS ALUNOS NAS SUAS DIVERSAS DIMENSÕES
- GARANTIR A QUALIDADE DO SERVIÇO EDUCATIVO PRESTADO PELO AGRUPAMENTO
- MELHORAR A GESTÃO E ORGANIZAÇÃO ESCOLAR
- GARANTIR UMA COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA EFICAZ

1 | CONTEXTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO/CARACTERIZAÇÃO DO MEIO

1.1. SITUAÇÃO GEOGRÁFICA

Nisa, sede do concelho, situa-se no extremo norte do Alto Alentejo, distrito de Portalegre, tendo o rio Tejo como fronteira natural com a Beira Baixa, a 15 quilómetros; a leste é limitado pelo rio Sever, a sul é enquadrado pelos concelhos de Castelo de Vide e Crato; a oeste pelo concelho de Gavião.



Figura 1— Localização Geográfica do Concelho de Nisa

O património natural oferece-nos paisagens de inegável encanto, de Amieira do Tejo às zonas ribeirinhas das margens do Sever e do Tejo, onde se encontram as paisagens da Beira e do Alentejo.

1.2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

Povoação muito antiga, cujas origens remontam à pré-história, como testemunha os dólmens ou antas e o seu espólio arqueológico rico em machados, pontas de seta, vasos cerâmicos, etc., encontrados nos seus arredores. Por aqui passaram várias civilizações. Leite de Vasconcelos afirma que no Monte da Nossa Senhora da Graça havia um castro pré-romano, salientando que “devia ter sido já em plena romanização, que os habitantes do vetusto castro desceram do alto monte para o vale que lhe corre a sudoeste, edificando, ao abrigo da fortaleza, a povoação que foi a “Velha Nisa”. Por aqui passaram visigodos e muçulmanos, como provam os vários artefactos encontrados, onde se destacam as moedas.

No reinado de D. Dinis, Nisa-a-Velha foi destruída devido à rivalidade entre este rei e o seu irmão D. Afonso. D. Dinis, para compensar os seus vassallos, terá mandado edificar uma nova povoação junto do castelo dos Templários e oferecê-la aos leais niseses, surgindo assim Nisa-a-Nova.

Nisa recebeu o primeiro foral em 1232. Este foral, que se perdeu, foi concedido pelo “Mestre dos Templários” senhorio da Açafa – vasta zona do Alto Alentejo e da Beira Baixa que os cristãos foram gradualmente ocupando, no contexto da Reconquista Cristã.

Em 1512, Nisa recebe novo foral outorgado pelo rei D. Manuel.

O concelho de Nisa é um concelho rico em património construído, artesanato e arqueologia.

As danças, os cantares de um povo, as bandas de música, as particularidades linguísticas, a arquitetura popular, os trajes regionais, as tradições orais (contos, lendas, poesias populares, crenças religiosas...), romarias, festas e feiras tradicionais, artesanato (olaria tradicional, rendas, alinhavados) e gastronomia tradicional; credibilizam e remetem a sua ancestralidade para tempos mais recuados.

1.3. SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA

Sem pretender caracterizar exaustivamente a evolução demográfica, podemos constatar que a estrutura populacional no concelho de Nisa apresenta um conjunto de características semelhantes às da maioria dos concelhos situados no interior do país, marcados pela crescente desertificação humana (11,4 indivíduos por km²) e pelo aumento elevado da sua população idosa (386,9 idosos por cada 100 jovens). A percentagem de jovens com menos de 15 anos é aproximadamente um quarto da percentagem de idosos com 65 ou mais anos de idade. Verifica-se, assim, um acentuado desequilíbrio demográfico na estrutura etária da população do concelho, com todas as implicações negativas subjacentes a este fenómeno (Tabela 1).

Quadro-Resumo	Ano 2016		
	Nisa (Município)	Alto Alentejo (NUTS III)	Portugal
População residente	6548	109 412	10 325 452
Densidade populacional número médio de indivíduos por km ²	11,4	18,0	112,0
Jovens (%) menos de 15 anos	9,2	11,8	14,1
População em idade ativa (%) 15 aos 64 anos	55,4	61,2	65,0
Idosos (%) 65 e mais anos	35,5	27,0	20,9
Índice de envelhecimento idosos por cada 100 jovens	386,9	228,5	148,7

Tabela 1- Quadro-Resumo: Dados do Município de Nisa, NUTS III e Portugal (Fonte: www.pordata.pt a 15-05-2018)

Nisa, à semelhança de outros concelhos do interior, foi afetado por profundas transformações estruturais devido aos movimentos migratórios, registados durante as décadas de 60/70, que se fizeram sentir, de forma bastante acentuada, em todas as suas freguesias. Refira-se que, relativamente ao Alentejo, o destino da população emigrante ocorreu sobretudo para França (20,5%), Angola (14,9%), Suíça (13,2%) e Alemanha (11,8%).

Apesar de hoje em dia o movimento migratório para o exterior do concelho não ser tão significativo, nunca se conseguiu inverter totalmente esta situação de abandono, uma vez que as políticas de desenvolvimento privilegiam o crescimento económico das áreas do litoral, provocando o agravamento das assimetrias regionais. De acordo com os resultados dos Censos 2011, é na década de 70 que se regista maior retorno de portugueses, sobretudo das ex-colónias.

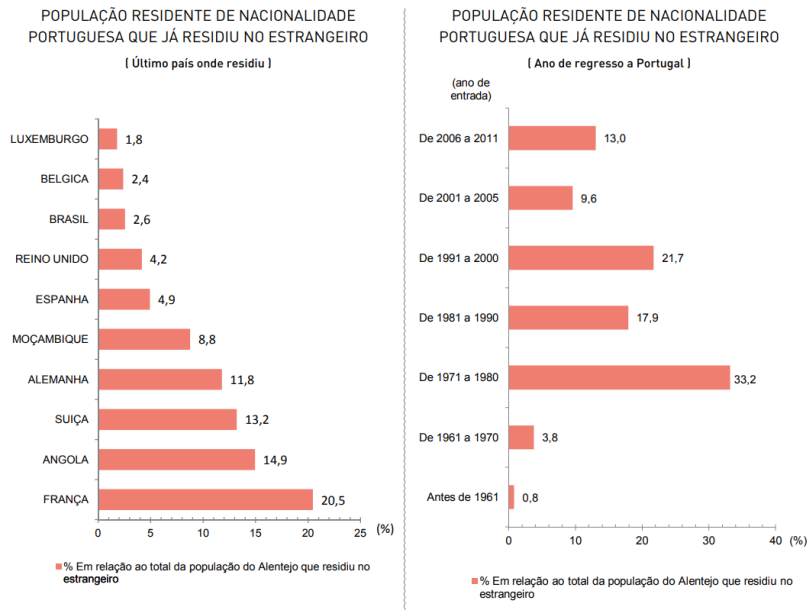


Gráfico 1 - População Portuguesa que já residiu no estrangeiro. Censo 2011 (www.ine.pt)

1.4. SITUAÇÃO ECONÓMICO-SOCIAL

O concelho de Nisa, durante anos, apresentou características tipicamente rurais, tendo sido a agricultura o ramo mais importante da sua atividade económica. No entanto, nas últimas décadas, devido a um conjunto de alterações estruturais, constatou-se um reforço dos setores secundário e terciário, em detrimento do predomínio do setor primário. De acordo com os dados mais recentes (2011), o setor terciário predomina com quase três quartos da população empregada, em consonância com a região do Alto Alentejo e com o próprio país. Este fenómeno justifica-se através do crescimento do comércio e serviços, registando-se, desta forma, um aumento da oferta de emprego, em grande parte da responsabilidade da autarquia e das IPSS. Não obstante os problemas com que as áreas rurais, de um modo geral, se confrontam, a maioria apresenta também recursos endógenos (recursos naturais e humanos próprios de um determinado território) que, na maioria das vezes, constituem vantagens para o seu desenvolvimento. Existindo no concelho de Nisa recursos como o Tejo, o turismo, a arqueologia, os percursos pedestres, o termalismo, o artesanato e a gastronomia, podemos afirmar que os mesmos constituem algumas das potencialidades a explorar, ou em exploração, que podem criar mais-valias para a região.

Desta forma, a realidade económica do concelho de Nisa sustenta-se num conjunto de fortes condicionantes, das quais podemos destacar o deficiente nível de qualificação dos recursos humanos, resultante de uma população envelhecida, com baixos níveis de escolaridade e, por consequência, fraca qualificação técnica e profissional (Gráfico 2).

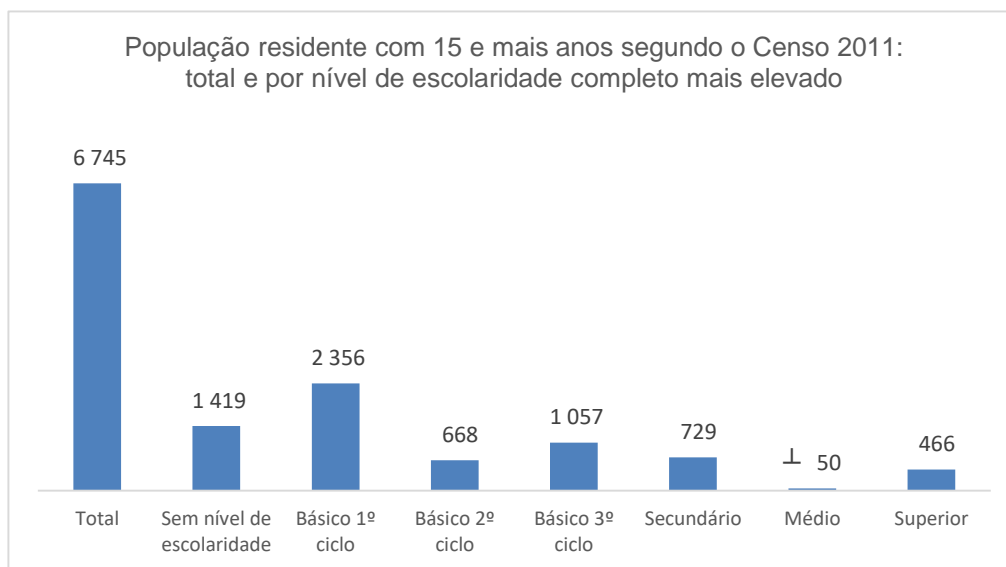


Gráfico 2 - Dados do Município de Nisa (Fonte: www.pordata.pt a 18-06-2018)

2 | CARACTERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

O Agrupamento de Escolas de Nisa fica situado no concelho de Nisa, no distrito de Portalegre, e abrange a educação pré-escolar e o ensino básico e secundário. O Agrupamento de Escolas de Nisa é constituído pelos Jardins de Infância de Alpalhão e Tolosa, pela Escola Básica e Secundária Professor Mendes dos Remédios de Nisa (Escola Sede) e, no mesmo espaço, a que se convencionou chamar Centro Escolar, a Escola Básica de Nisa (1.º Ciclo e Educação Pré-escolar).

2.1. ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO EDUCATIVA

2.1.1. ÓRGÃOS DE DIREÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

Os órgãos de direção, administração e gestão encontram-se estruturados como estipulado no Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho, sendo compostos por Conselho Geral, Diretor, Conselho Pedagógico e Conselho Administrativo. O Diretor exerce também a presidência do Conselho Pedagógico.

2.1.2. DEPARTAMENTOS CURRICULARES

As diferentes áreas disciplinares estão agrupadas do seguinte modo:

Departamentos	Grupo	QA	QZP	Destacado	Contrato	Habilitações				Total
						Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	
Educação Pré – Escolar	100	3	2			3	1	1		5
1º Ciclo	110	14			2	3	12	1		16
Línguas	120									
	210									
	220	9		1	4		13	1		14
	300									
	320									
	330									
Ciências Sociais e Humanas	200									
	290									
	400	6			4		7	2	1	10
	410									
	420									
	530									
Ciências Exatas da Natureza e Tecnologias	230									
	500									
	510	10		1	2	1	12			13
	520									
	550									
Educação Especial	910	3	2				5			5
Expressões	240									
	250									
	260	4	1		3		7	1		8
	600									
	620									

Tabela 2 - Departamentos Curriculares

2.1.3. DIRETORES DE TURMA / TITULARES DE TURMA / TITULARES DE GRUPO

No sentido de garantir uma estreita coordenação entre pais/encarregados de educação e a escola, os diretores de turma/titulares de turma/ titulares de grupo têm no seu horário semanal uma hora para atendimento. São promovidas, regularmente, reuniões e contactos presenciais, telefónicos ou pelas vias postal e correio eletrónico.

Como estrutura intermédia importante na vida da escola e com o objetivo de promover a formação integral dos alunos e o seu sucesso escolar, os diretores de turma fazem o encaminhamento de alunos para os apoios educativos, sala de estudo e orientação escolar. O papel dos diretores de turma/titulares de turma/ grupo incide também na prevenção e correção da indisciplina, o que implica uma ligação permanente com os encarregados de educação. No que diz respeito à prevenção do abandono escolar destaca-se a articulação constante com a Equipa Multidisciplinar. Quanto a casos de alunos com medidas de suporte à aprendizagem e inclusão ou carências económicas, a sinalização faz-se através do Conselho de Turma/reuniões de departamento, diretor de turma e professores da educação especial.

Os diretores de turma/titulares de turma/titulares de grupo garantem ainda a concretização da interdisciplinaridade, da articulação entre ciclos e de outras atividades de enriquecimento curricular.

2.1.4. SERVIÇOS TÉCNICO-PEDAGÓGICOS

Os serviços técnico-pedagógicos incluem as áreas de apoio socioeducativo, orientação vocacional e biblioteca.

Apoio Socioeducativo

O serviço de Educação Especial dispõe atualmente de três docentes do quadro do Agrupamento e uma docente em destacamento por condições específicas (MPD) que garantem a inclusão de todos os alunos, respondendo à diversidade das suas necessidades e potencialidades. Esta estrutura trabalha em colaboração com o Serviço de Psicologia e Orientação.

As docentes de Educação Especial asseguram um trabalho articulado com os encarregados de educação, os diretores de turma/titulares de turma/titulares de grupo, bem como com todos os outros professores.

O Agrupamento de Escolas de Nisa é Agrupamento de referência da Equipa Local de Intervenção de Gavião e Nisa (ELI).

A Intervenção Precoce na Infância consiste num conjunto de medidas de apoio integrado centrado na criança e na família, incluindo ações de natureza preventiva e reabilitativa, designadamente no âmbito da educação, da saúde e da ação social.

Destina-se a crianças dos 0 aos 6 anos de idade, com alterações nas funções ou estruturas do corpo que limitam a participação nas atividades típicas para a respetiva idade e contexto social ou com risco grave de atraso de desenvolvimento, bem como às suas famílias.

A ELI é constituída por duas Professoras de Educação Especial, uma Técnica de Serviço Social, uma Terapeuta da Fala, uma Psicóloga, uma Terapeuta Ocupacional e duas Enfermeiras.

A Entidade de Suporte da ELI é a Santa Casa da Misericórdia de Gavião.

Serviços de Psicologia e Orientação

O Serviço de Psicologia e Orientação (SPO) é constituído por uma psicóloga que desenvolve a sua atividade a tempo inteiro no Agrupamento e por outra a tempo parcial. Estas desenvolvem a sua ação no domínio do apoio psicopedagógico, no domínio da orientação escolar e profissional, apoiando os alunos nas escolhas vocacionais, ao longo do seu percurso escolar, encaminhando-os, quando necessário, para entidades exteriores à Escola.

O SPO tem uma interação privilegiada com a Equipa Multidisciplinar, pais/encarregados de educação e diretores de turma/titulares de turma/titulares de grupo.

Apoio Tutorial

Este Agrupamento considera o apoio tutorial como um processo dinâmico em que intervêm (alunos, docentes, SPO, encarregados de educação e Direção) com diferentes graus de implicação, de forma a contribuir para minimizar dificuldades de aprendizagem dos alunos e a facilitar a sua integração na escola.

Provedor do Aluno

O Provedor do Aluno tem como missão principal, sem poder de decisão, defender e promover os direitos e os interesses legítimos dos alunos, através de uma atuação independente, imparcial e confidencial a todos os órgãos escolares e a todo o pessoal docente e não docente. É um(a) docente com comprovada reputação de integridade e independência designado pelo Diretor do Agrupamento e tem o dever de confidencialidade sempre que a natureza das informações obtidas no exercício das suas funções o recomende ou exija.

O Provedor dispõe de poder de iniciativa própria relativamente a factos que, por qualquer modo, cheguem ao seu conhecimento.

Todos os órgãos escolares, o pessoal docente e não docente têm o dever de colaborar com o Provedor facultando-lhe as informações e os esclarecimentos necessários para o exercício das suas funções.

Equipa Multidisciplinar, no âmbito do Estatuto do Aluno

A Equipa Multidisciplinar tem como objetivo fundamental a promoção da integração dos alunos na Comunidade Educativa, garantir as aprendizagens, dissuadir comportamentos desadequados em contexto de sala de aula e, ainda, a informação e apoio no âmbito da Educação para a Saúde e Educação Sexual.

Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva

A Equipa Multidisciplinar tem como objetivo apoiar a educação inclusiva. Compete-lhe sensibilizar a comunidade educativa para a educação inclusiva; propor as medidas de suporte à aprendizagem a mobilizar, acompanhar e monitorizar a aplicação de medidas de suporte à aprendizagem; prestar aconselhamento aos docentes na implementação de práticas pedagógicas inclusivas; elaborar o relatório técnico-pedagógico, o programa educativo individual e o plano individual de transição.

Esta Equipa tem um papel preponderante no envolvimento dos docentes, dos técnicos, dos pais, ou encarregados de educação e do próprio aluno.

Centro de Apoio à Aprendizagem

O Centro de Apoio à Aprendizagem é uma estrutura de apoio agregadora dos recursos humanos e materiais, dos saberes e competências da escola.

Tem como objetivos gerais:

- a) Apoiar a inclusão das crianças e jovens no grupo/ turma e nas rotinas e atividades da escola, designadamente através da diversificação de estratégias de acesso ao currículo;
- b) Promover e apoiar o acesso à formação, ao ensino superior e à integração na vida pós -escolar;
- c) Promover e apoiar o acesso ao lazer, à participação social e à vida autónoma.

O Centro de Apoio à Aprendizagem, enquanto recurso organizacional, insere -se no contínuo de respostas educativas disponibilizadas pela escola.

Constituem objetivos específicos do Centro de Apoio à Aprendizagem:

- a) Promover a qualidade da participação dos alunos nas atividades da turma a que pertencem e nos demais contextos de aprendizagem;
- b) Apoiar os docentes do grupo ou turma a que os alunos pertencem;
- c) Apoiar a criação de recursos de aprendizagem e instrumentos de avaliação para as diversas componentes do currículo;
- d) Desenvolver metodologias de intervenção interdisciplinares que facilitem os processos de aprendizagem, de autonomia e de adaptação ao contexto escolar.

Sala de Estudo

A Sala de Estudo é um local onde se pode estudar e aprender a estudar, com disponibilização de recursos humanos e materiais diversos que se destinam a todos os alunos da escola. Funciona de segunda a sexta-feira, com professores de diversas áreas disciplinares, conforme horário afixado e divulgado.

Esta estrutura trabalha em colaboração com a Equipa Multidisciplinar, apoiando também alunos com problemas/dificuldades no domínio dos hábitos e métodos de estudo.

Biblioteca Escolar

A Biblioteca Escolar Prof. José Luís Tomás Bruno (BE) encontra-se integrada na Rede de Bibliotecas Escolares. A BE assegura a concretização de um conjunto de objetivos que visam: **informar** (disponibilizando recursos de informação, apoiando e contribuindo para o uso e integração nas práticas letivas das infraestruturas tecnológicas, procurando mobilizar a comunidade para a importância das mesmas); **transformar** (a informação em conhecimento, reconhecendo a biblioteca escolar como um espaço dinâmico, capaz de contribuir eficazmente para a construção e utilização crítica de conhecimentos; **centralizar** (os recursos educativos na biblioteca escolar, organizando-os e publicitando-os de forma a serem utilizados por todos) e **autoavaliar-se** (proceder a uma autoavaliação sistemática, baseada na recolha de evidências).

O serviço na biblioteca escolar é assegurado por uma professora bibliotecária, selecionada de acordo com a legislação em vigor, coadjuvada por uma equipa constituída por professores que, preferencialmente, dispõem de competências nos domínios pedagógico, de gestão de projetos, de gestão da informação, das ciências documentais e das tecnologias de informação. A este serviço está afeto um assistente técnico, com formação na área das bibliotecas.

2.2. CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO ESCOLAR

2.2.1. ALUNOS

Escolas do Agrupamento	Nível de Ensino						Total
	Pré - Escolar	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Ensino Secundário	CEF	
EBS Prof. Mendes dos Remédios			74	100	87	16	277
JI Alpalhão	11						11
EB Nisa	65	122					187
JI Tolosa	11						11
Total	87	122	74	100	87	16	486

Tabela 3 - Número de alunos do Agrupamento de Escolas de Nisa

A população escolar, no ano letivo 2018/2019, é aproximadamente cerca de 486 alunos, sendo 17% da educação pré-escolar, 64% do ensino básico e 19% do ensino secundário.

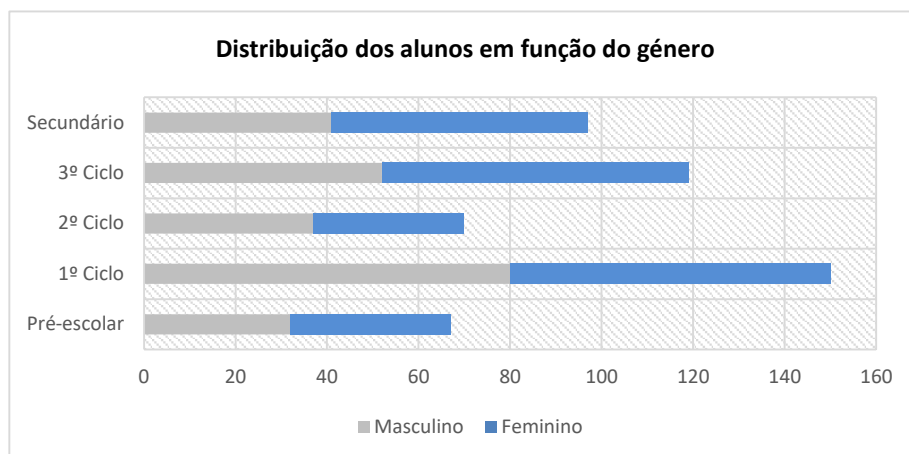


Gráfico 3 - Percentagem de alunos do sexo feminino e masculino (Relatório Avaliação das Turmas – Aplicação netAlunos)

No gráfico 3, verifica-se que, existe um equilíbrio, entre o género feminino e o masculino. No global, o género masculino representa 52% da população escolar.

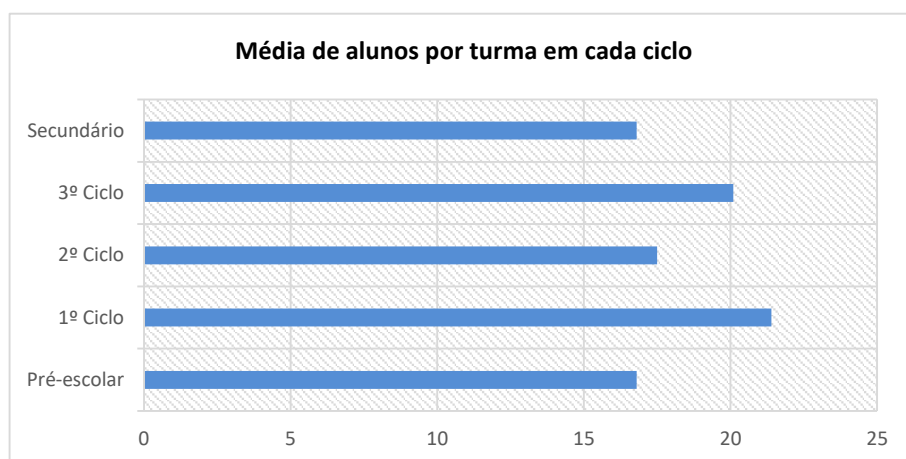


Gráfico 4 - Média de alunos por turma em cada ciclo (Relatório Avaliação das Turmas – Aplicação netAlunos)

A distribuição dos alunos por turma, também se encontra equilibrada entre os ciclos de ensino, como se pode verificar no gráfico 4.

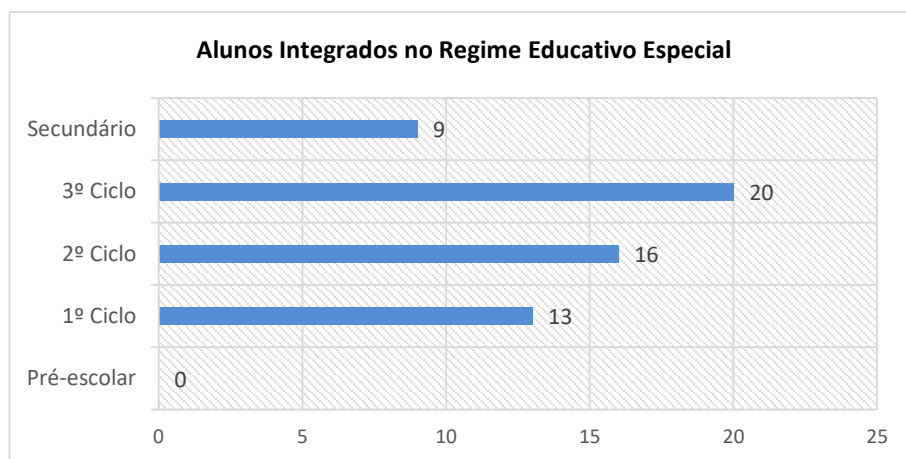


Gráfico 5 - Alunos integrados no Regime Educativo Especial (Relatório Avaliação das Turmas – Aplicação netAlunos)

Cerca de 13% da totalidade dos alunos têm medidas de suporte à aprendizagem e inclusão, sendo 85% do ensino básico e 15% do ensino secundário.

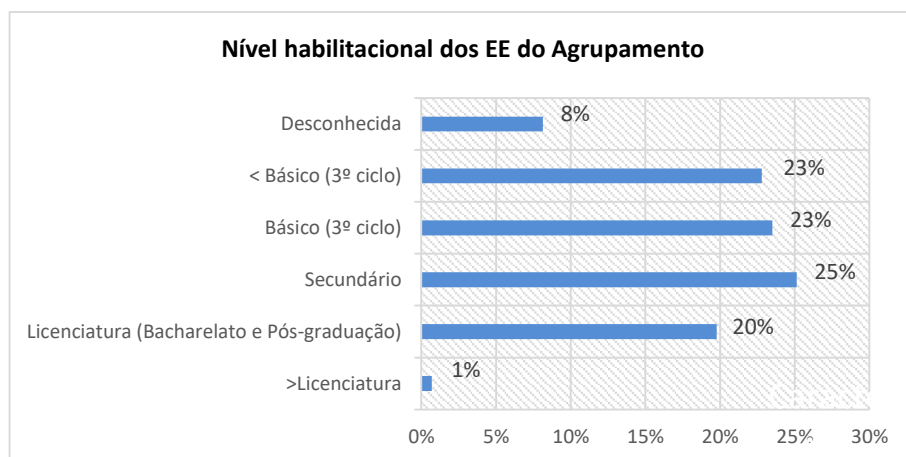


Gráfico 6 - Nível de escolaridade dos Encarregados de Educação (Relatório Avaliação das Turmas – Aplicação netAlunos)

No que diz respeito ao nível de escolaridade dos Encarregados de Educação, verifica-se que a maioria concluiu o ensino secundário. É ainda de destacar que existem 20% de Encarregados de Educação que possuem curso superior.



Gráfico 7 - Percentagem de alunos com ASE A (Relatório Avaliação das Turmas – Aplicação netAlunos)

Gráfico 8 - Percentagem de alunos com ASE B (Relatório Avaliação das Turmas – Aplicação netAlunos)

Pode ainda verificar-se que a percentagem de alunos a beneficiar da Ação Social Escolar, escalão A e B é superior em ambos os casos no primeiro ciclo.

Da totalidade dos alunos, 156 beneficiam de auxílios económicos da Ação Social Escolar (ASE), sendo também disponibilizados suplementos alimentares a 13 alunos.

A diversidade cultural, étnica e linguística tem significado diminuto. No que diz respeito aos alunos de etnia cigana salientam-se as questões relacionadas com o absentismo e o abandono escolar, que persistem apesar do esforço conjunto das diversas instituições concelhias. Este abandono verifica-se, com maior incidência, na faixa etária dos 10 aos 14 anos.

É um concelho que apresenta fraco desenvolvimento, pelo que os fatores de risco educativo continuam ainda a ser as fragilidades de ordem económica, social e cultural.

2.2.2 PESSOAL DOCENTE

A caracterização do corpo docente permite concluir que exercem funções docentes cerca de 74 professores, dos quais 59 pertencem aos quadros, 15 estão em situação laboral de contratação, pelo que a estabilidade é um dado positivo a registar.

Do universo de 71 docentes, 56 são do sexo feminino e 15 do sexo masculino.

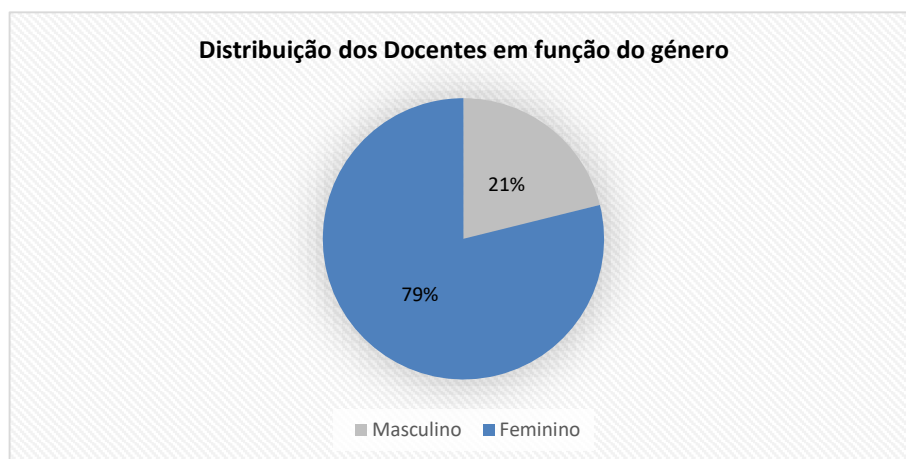


Gráfico 9 - Distribuição dos docentes em função do género (Fonte: Programa GPV)

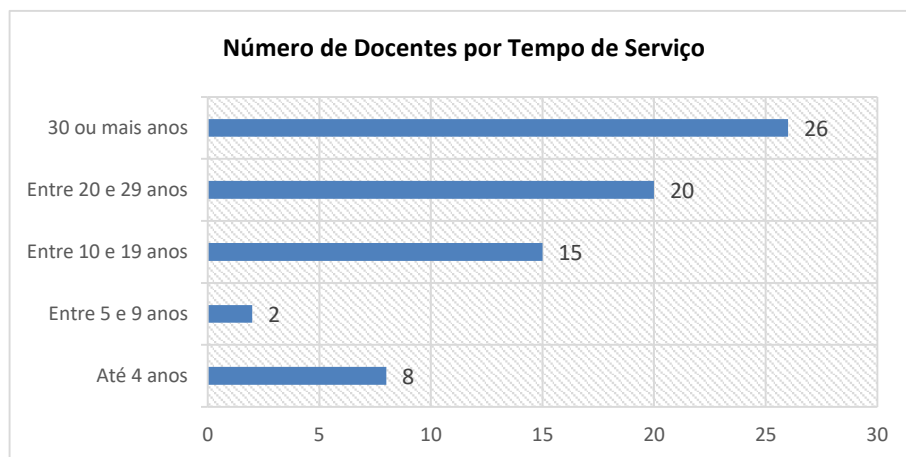


Gráfico 10 - Número de Docentes por tempo de serviços (Fonte: Programa GPV)

No **gráfico 10** observa-se o número de docentes por tempo de serviço, destacando-se que a maioria dos docentes possui 30 ou mais anos de serviço.

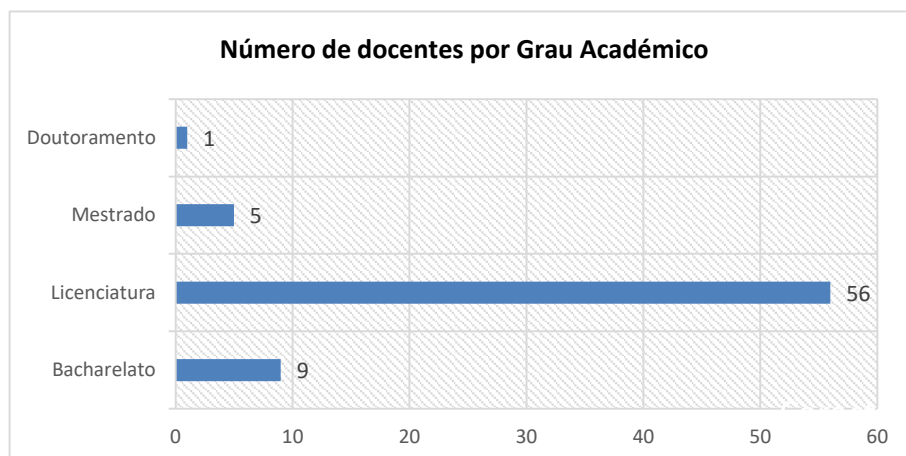


Gráfico 11 - Número de docentes por Grau Académico (Fonte: Programa GPV)

Apresenta-se no gráfico seguinte as habilitações académicas do corpo docente deste Agrupamento, destacando-se que maioritariamente possuem o grau académico de Licenciatura.

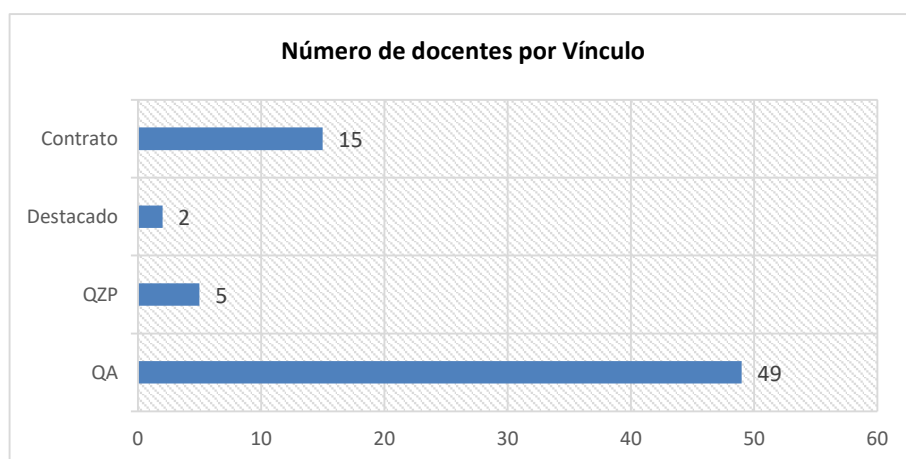


Gráfico 12 - Número de docentes por Vínculo (Fonte: Programa GPV)

Quanto ao vínculo, salienta-se a estabilidade do corpo docente, uma vez que maioritariamente os docentes pertencem ao Quadro de Agrupamento/Escola.

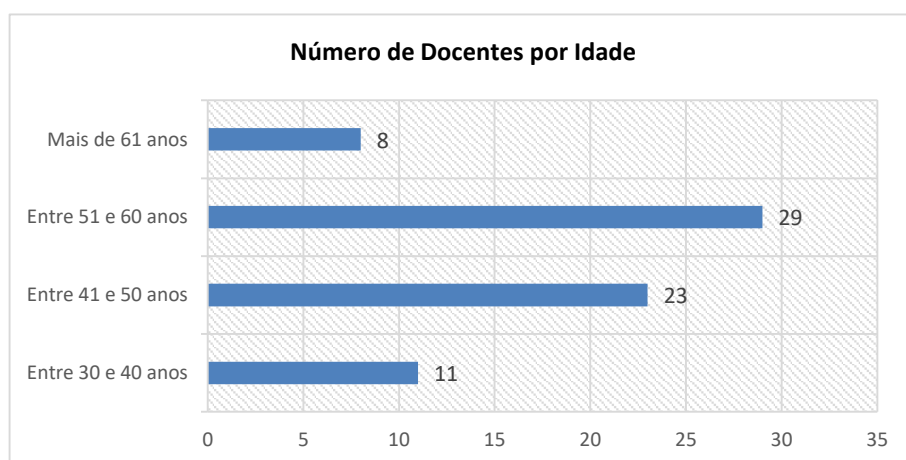


Gráfico 13 - Número de Docentes por Idade (Fonte: Programa GPV)

Constata-se, como preocupante, o envelhecimento do pessoal docente, onde cerca de 50% dos professores tem mais de 50 anos. Este facto é enfatizado no relatório «Education at a Glance 2012», elaborado pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), considerando-o como um dos aspetos da educação na Europa que poderão originar desafios num futuro próximo.

2.2.3. PESSOAL NÃO DOCENTE

O pessoal não docente é constituído por 25 assistentes operacionais e 7 assistentes técnicos, 18 do sexo feminino e 14 do sexo masculino.

O contrato nº223/2009 celebrado entre a Câmara Municipal de Nisa e o Ministério da Educação, publicado na 2ª série do Diário da República nº 143 de 27 de julho de 2009, transfere para a autarquia todas as competências relativas ao pessoal não docente.

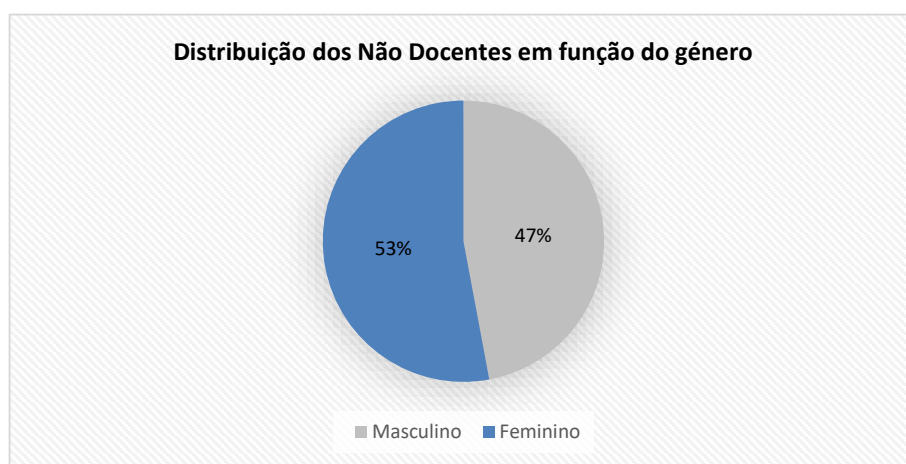


Gráfico 14 - Distribuição dos Não Docentes em função do género (Fonte: Misi - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência)

2.2.4. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

A Associação de Pais e Encarregados de Educação, de acordo com a legislação em vigor, participa e intervém na Escola, através da representação no Conselho Geral. Esta Associação tem à disposição um gabinete na Escola sede, onde reúne e organiza as atividades que dinamiza para a comunidade escolar.

2.2.5. ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES

A intervenção dos alunos na vida da escola é garantida quer pela sua representatividade, consignada na lei, no Conselho Geral, e pela constituição de uma Associação de Estudantes. A Associação de Estudantes, como agente coletivo construtor da escola, deve promover um conjunto de atividades que, tendo sempre em conta os interesses dos alunos, procure potenciar as suas capacidades de reflexão crítica e criativa, e desenvolver uma prática orientada pelos valores da justiça, democracia e solidariedade.

2.3. ATIVIDADES EXTRACURRICULARES E PROJETOS

As Atividades Extracurriculares e os Projetos desempenham um papel fundamental na consciência da importância cultural da escola e na formação académica, pessoal e social dos alunos. Neste sentido, valoriza-se esta dimensão, desenvolvendo-se os seguintes projetos/clubes:



2.3.1. ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR

Consideram-se Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico as que incidam nos domínios desportivo, artístico, científico, tecnológico e das tecnologias da informação e comunicação, de ligação do Agrupamento com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação. As Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC's), para alunos do 1º ciclo, as Atividades de Animação e Apoio à Família para o Pré-escolar, definidas de acordo com a legislação em vigor, constituem duas importantes valências do Agrupamento.

Estas atividades têm como objetivos promover a igualdade e o sucesso escolar, reduzindo as assimetrias sociais; adaptar os tempos de permanência das crianças no Agrupamento às necessidades das famílias; garantir que esses tempos sejam pedagogicamente ricos e complementares nas aprendizagens; desenvolver atividades de enriquecimento curricular, de carácter facultativo para os alunos, com um cariz formativo, cultural e lúdico, que complementem as componentes do currículo.

2.4. FORMAÇÃO

Afirmar que a Escola oferece um serviço público de qualidade, significa também reconhecer que garante a permanente renovação dos saberes teóricos e práticos. Assim, a Escola continuará a investir na formação do

peçoal docente, reconhecendo-a como determinante para a concretização da qualidade profissional dos seus intervenientes e maior contributo para o sucesso educativo dos alunos.

A formação contínua, orientada para a melhoria da qualidade de desempenho dos professores, é também um processo integral e contínuo de aprendizagem ao longo da vida, em que os docentes em função da evolução da sociedade e da necessidade de atualizar e aprofundar conhecimentos e competências, se preparam para o exercício da sua atividade profissional. O sucesso da escola depende, em grande parte, do seu desenvolvimento organizativo e das suas práticas pedagógicas, estando estas fortemente ligadas aos percursos formativos dos docentes e à visão que cada um tem da escola, pelo que o Plano de Formação tem um papel fulcral no desenvolvimento profissional dos seus professores. A realização de formação em contexto da escola, estará definida e organizada no seu plano de formação que, em articulação com o Centro de Formação de Professores (PROF`SOR), permitirá dar uma resposta mais adequada às necessidades de formação e aos objetivos do Projeto Educativo de Agrupamento.

2.5. PARCERIAS

Com o objetivo de desenvolver na comunidade escolar, o respeito pelos valores humanos e sociais, a educação para a cidadania, a educação para a saúde, a defesa dos direitos humanos, a igualdade de oportunidades, a solidariedade, a educação ambiental, o desenvolvimento e otimização das potencialidades individuais, a interação com a comunidade, ao nível regional, nacional e internacional, são estabelecidas parcerias entre o Agrupamento e outras entidades, nomeadamente com:

- Câmara Municipal de Nisa;
- CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Nisa;
- Juntas de Freguesia do concelho;
- Rede de Bibliotecas Escolares e Biblioteca Municipal de Nisa;
- Inijovem;
- Sociedade Musical Nisense;
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Nisa;
- Centro de Saúde de Nisa;
- Santa Casa da Misericórdia de Nisa;
- Guarda Nacional Republicana;
- Coudelaria Ribeirinho Paralta;
- Universidade da Beira Interior;
- Instituto Politécnico de Portalegre;
- Ment´alegre;
- Farmácia Ferreira Pinto;
- Farmácia São Damião.

2.6. AUTOAVALIAÇÃO

Com o objetivo de dar resposta ao desafio de um mundo em permanente mudança, as escolas procuram implementar metodologias para a melhoria contínua, através da avaliação do seu desempenho e da definição de ações de melhoria ou de consolidação. Para a concretização deste objetivo, foi criada uma equipa interna de autoavaliação.

2.7. ORGANIZAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

2.7.1. CRITÉRIOS DE CONSTITUIÇÃO DE TURMAS

Na constituição dos grupos e turmas prevalecem critérios de natureza pedagógica, competindo ao Diretor aplicá-los no quadro de uma eficaz gestão e rentabilização de recursos humanos e materiais, respeitando-se a heterogeneidade das crianças e jovens.

Para além dos critérios definidos pela legislação em vigor, sem prejuízo e face à reflexão dos órgãos internos, devem ser objeto de implementação os seguintes critérios:

Disposições comuns:

- . O princípio da continuidade do grupo/turma é fundamental e deverá ser respeitado, sempre que possível, e quando não contrarie o disposto nas recomendações exaradas em ata do Conselho de Turma, dos Serviços de Psicologia e Orientação e outros serviços de apoio educativo.
- . A constituição de turmas deve reger-se, em qualquer ano de escolaridade, por um critério de homogeneidade e, dentro do possível, deve estabelecer-se um equilíbrio entre rapazes e raparigas.
- . Evitar ao máximo concentrar na mesma turma um número elevado de alunos retidos, devendo estes ser distribuídos uniformemente pelas turmas.
- . Dentro do possível, não dispersar os alunos de EMRC.
- . Aquando da elaboração das turmas, a equipa de trabalho deverá estar particularmente atenta aos alunos que ingressem pela primeira vez no Agrupamento, de modo a verificar a existência de alunos com medidas de suporte à aprendizagem e inclusão.
- . O Encarregado de Educação poderá, no prazo de três dias úteis e após afixação das listas provisórias das turmas, apresentar requerimento escrito, relativo a transferência de turma do seu educando, fundamentando a razão desse pedido. Cabe ao Diretor do Agrupamento, deferir, ou não, o requerimento por razões de carácter pedagógico e/ou administrativas.
- . O Diretor do Agrupamento pode, após ouvir o Conselho Pedagógico, atender a outros critérios que sejam determinantes para o sucesso escolar.

Critérios Específicos:

Pré-Escolar

- . A constituição das turmas da Educação Pré-Escolar tem por base as turmas do ano anterior, respeitando-se a continuidade pedagógica.
- . Na Educação Pré-Escolar, devem as crianças, desde a sua admissão, manter-se na mesma turma até ao final deste nível de educação, salvo proposta contrária devidamente fundamentada pelo coletivo de intervenientes responsáveis pelo percurso educativo dos alunos.
- . Para preenchimento de vagas no pré-escolar depois de esgotada a lista de crianças com 5 anos a 31 de dezembro considera-se, para desempate, a data de nascimento das crianças sendo a prioridade dos mais velhos.
- . As crianças inscritas fora de prazo integrarão, se não houver vaga, o final da lista de espera, com exceção das crianças cuja entrada no 1.º ciclo se verifique no ano imediatamente a seguir.

1º Ciclo do Ensino Básico

- . No 1º Ano de Escolaridade as turmas devem ser constituídas com base na continuidade que provém do Pré-Escolar, salvo se houver indicações em contrário dos Encarregados de Educação e/ou das Educadoras de Infância.
- . No 1º Ano de Escolaridade, a constituição de turmas, é elaborada a partir da data de nascimento dos alunos.
- . Os alunos devem, desde a sua admissão no 1º Ciclo, manter-se na mesma turma até ao final deste ciclo, salvo proposta contrária devidamente fundamentada pelo coletivo de intervenientes responsáveis pelo percurso educativo dos alunos.
- . Os alunos retidos serão distribuídos, sempre que possível, pelas turmas dos mesmos anos de escolaridade, salvo se o Encarregado de Educação desejar que permaneça na turma inicial.

2º e 3º Ciclos do Ensino Básico

- . Na constituição das turmas de 5º ano devem ser mantidos juntos núcleos de alunos das mesmas turmas de origem, de modo a facilitar a integração, tendo sempre em consideração o parecer do professor titular do 4º ano de escolaridade.
- . No 3º Ciclo, as turmas do 7º Ano a constituir são formadas com base na continuidade e de acordo com as opções dos alunos em relação à Língua Estrangeira II, salvo indicação em contrário do Conselho de Turma ou dos Encarregados de Educação.
- . Os alunos retidos são distribuídos equilibradamente pelas várias turmas, sempre que possível.
- . Não poderão ser constituídas turmas unicamente com alunos em situação de retenção, devendo ser respeitada em cada turma a heterogeneidade do público escolar, excetuando-se projetos devidamente fundamentados.
- . Poderão ser criados grupos de homogeneidade relativa em disciplinas estruturantes ao longo de todo o Ensino Básico.

Ensino Secundário

- . No 12º Ano, cursos científico-humanísticos, a constituição das turmas tem por base a manutenção do núcleo turma, embora se tenham de proceder a ajustamentos em resultado das opções manifestadas pelos Alunos e Encarregados de Educação.
- . Os Alunos com medidas de suporte à aprendizagem e inclusão devem ser distribuídos pelas diferentes turmas considerando as suas especificidades, constantes do respetivo Relatório Técnico Pedagógico, e ouvido o Professor da Educação Especial que os acompanhou.
- . Tendo presente o regime de frequência por disciplina que se aplica aos cursos do Ensino Secundário, bem como o regime de avaliação, um Aluno pode integrar mais do que uma turma de anos de escolaridade diferentes, desde que os horários sejam compatíveis.

2.7.2. ORGANIZAÇÃO DOS HORÁRIOS DE ALUNOS E DE PROFESSORES

Os horários dos alunos e dos professores serão organizados sempre na perspetiva da prestação do melhor serviço aos alunos, sem, contudo, deixar de atender a uma gestão equilibrada da componente letiva dos docentes.

A elaboração dos horários do pessoal docente deve respeitar o disposto na legislação em vigor.

A continuidade pedagógica deve ser assegurada em cada ciclo. Assim, todos os professores poderão dar continuidade às turmas dos anos anteriores, com os acertos decorrentes das diferentes cargas horárias. Situações de exceção deverão ser decididas pelo Diretor.

Os critérios agora definidos estão estabelecidos para que, tanto quanto possível, se possam ajustar aos interesses de toda a Comunidade Escolar.

Não obstante a definição e aplicação destes critérios, a realidade do Agrupamento e das suas características não pode ser ignorada, dado que estas condicionam bastante uma otimização dos horários, em resultado dos agrupamentos de alunos, nalgumas disciplinas.

Os seguintes critérios que devem estar presentes na elaboração dos horários dos alunos, nos vários Ciclos do Ensino Básico e no Ensino Secundário:

- a) Os horários das turmas serão elaborados de acordo com a seguinte carga horária:

Ciclos	Hora de receção / entrada	Hora de saída
Pré - escolar	08h 30m / 09h 00m	15h30m / 18h (AAAF)
1º CEB	09h 00m	15h30m / 17h30m
2º CEB	08h 30m	17h
3º CEB / SEC.	08h 30m	17h

- Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) – Pré-Escolar – 15h30 às 18h;
- Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) – 1º CEB – 16h às 17h;
- Componente de Apoio à Família (CAF) – 1ºCEB – 17h às 17h30.

As Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) inserem-se numa estratégia alargada de articulação entre o funcionamento da escola e a organização de respostas sociais no domínio do apoio à família. Esta estratégia assenta em três grandes vertentes:

Atividades de Animação e de Apoio à Família na Educação Pré-Escolar (AAAF);

Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC);

Componente de Apoio à Família no 1.º ciclo do Ensino Básico (CAF).

Consideram-se:

AAAF as que se destinam a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e ou depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas atividades;

AEC no 1.º ciclo do ensino básico as atividades de carácter facultativo e de natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural que incidam, nomeadamente, nos domínios desportivo, artístico, científico e tecnológico, de ligação da escola com o meio, de solidariedade e voluntariado e da dimensão europeia da educação;

CAF o conjunto de atividades destinadas a assegurar o acompanhamento dos alunos do 1.º ciclo do ensino básico antes e ou depois das componentes do currículo e das AEC, bem como durante os períodos de interrupção letiva.

Os horários dos alunos são referenciados, de forma geral, a tempos letivos (TL) de 45 minutos, com as exceções estabelecidas no despacho da organização do ano letivo.

Poder-se-ão lecionar dois ou três tempos letivos consecutivos, desde que tal seja solicitado atempadamente pelas áreas disciplinares que devem apresentar a sua proposta devidamente fundamentada.

O tempo máximo entre aulas de dois turnos distintos do dia é de cento e vinte minutos.

O horário deve ter uma distribuição equilibrada, de modo a não existirem dias muito sobrecarregados.

A distribuição dos TL deve assegurar a concentração máxima das atividades escolares da turma num só turno do dia, tentando evitar, sempre que possível, a ocupação do último tempo da tarde.

As disciplinas, com dois ou mais TL de carga horária semanal, deverão ter esses tempos distribuídos de forma equilibrada ao longo da semana, em períodos diferentes do dia e sempre com pelo menos um dia de intervalo. Excetuam-se as disciplinas com quatro ou mais TL de carga horária semanal que poderão ser distribuídos em dias seguidos.

Distribuição equilibrada dos apoios a prestar aos alunos, preferencialmente, no último tempo de cada turno.

A alteração pontual dos horários dos alunos poderá ser sempre realizada, desde que esta seja coincidente com a mancha horária definida pela escola, e será sempre de aceitação obrigatória por parte dos alunos.

A distribuição de apoios a prestar aos alunos deverá ser feita tendo em conta o horário do docente, tentando sempre evitar a existência de intervalos entre aulas nos horários dos alunos.

As aulas de qualquer disciplina não poderão ocupar sempre o último tempo da tarde, com exceção das disciplinas de Educação Física e de Educação Moral e Religiosa Católica.

Desdobramento, sempre que possível, de uma aula de 45 minutos/semana de Português e Língua Estrangeira em cada ano do 2º e 3º Ciclos, para o desenvolvimento da oralidade e da escrita.

Ocupação Educativa dos alunos em caso de ausência imprevista de docentes, sempre que possível e de carácter obrigatório no 1º Ciclo do Ensino Básico.

Os horários dos alunos poderão ser alterados por motivo de substituições, permutas e compensações, devido a ausência de docentes.

Não deve ser ultrapassado o número diário de oito tempos letivos.

2.7.3. CALENDÁRIO ESCOLAR

O calendário de atividades educativas e escolares constitui um elemento indispensável à organização e planificação do ano escolar do Agrupamento, de forma a possibilitar o desenvolvimento dos projectos educativos e a execução dos planos anuais de atividades, conciliando também o desenvolvimento do currículo com o interesse das crianças e dos alunos, bem como com a organização da sua vida familiar.

Conforme estipulado nos diplomas legais, o ano letivo terá a duração de 180 dias, remetendo-se para despacho anual as restantes disposições legais a vigorar.

3 | DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO

Na sequência da intervenção Inspetiva de Avaliação Externa, concluída em abril de 2013, do Relatório Final de Acompanhamento da Ação Educativa realizado pela Inspeção-Geral da Educação e Ciência, divulgado em julho de 2014 e de acordo com os resultados da Autoavaliação, efetuou-se a Análise SWOT.

Assim, dever-se-ão enquadrar estas diretrizes, nos instrumentos de gestão e nas práticas educativas do Agrupamento, numa lógica de articulação, de cooperação e de colaboração, tendo em vista a coerência, a eficácia e a qualidade do serviço educativo prestado.

3.1 ANÁLISE SWOT¹

É fundamental para elaborar e implementar este projeto, realizar a análise do contexto e a identificação de fragilidades e potencialidades da escola. Para isso socorremo-nos da aplicação de um instrumento de planeamento estratégico – SWOT - que consiste em recolher dados importantes que caracterizam o ambiente interno (forças e fraquezas) e externo (oportunidades e ameaças).

Deste modo, claramente diagnosticados importantes elementos de contexto, estamos em condições de traçar as linhas orientadoras da direção e gestão, articulando as características da comunidade e do meio envolvente com os recursos disponíveis, condições essenciais para definir e implementar os projetos e os ideais de uma escola que se deseja de valores, excelência e universal.

Ambiente interno - Pontos Fortes

- . Direção diagnostica claramente as oportunidades e os constrangimentos do agrupamento, prosseguindo uma estratégia e visão adequadas às características dos contextos local e nacional.
- . Escola Inclusiva.
- . Estabilidade do corpo docente.
- . Bom clima de Escola.
- . Existência de um corpo docente que se mobiliza fortemente no sentido de melhorar as estratégias de ensino e de aprendizagens dos alunos.
- . Respeito pelas decisões de carácter pedagógico e de gestão curricular adotadas em todos os departamentos.

¹Sigla que referencia: *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças). A análise SWOT é um instrumento utilizado no planeamento estratégico e que consiste em recolher dados importantes que caracterizam o ambiente interno (forças e fraquezas) e externo (oportunidades e ameaças) de determinada instituição ou empresa.

- . Consolidação de práticas de trabalho colaborativo.
- . Departamentos promovem frequentemente a partilha e reflexão de boas práticas inovadoras e promotoras da melhoria das aprendizagens.
- . Regulação do processo de avaliação das aprendizagens.
- . Integração do Agrupamento no Programa PNPSE – Plano Nacional de Promoção do Sucesso Escolar.
- . Elaboração de um Plano de Ação de Melhoria/Plano de Ação Estratégica de Promoção do Sucesso Escolar.
- . Simplificação e agilização dos instrumentos de monitorização da implementação das ações de melhoria.
- . Monitorização das ocorrências disciplinares e encaminhamento de alunos para o Gabinete de Apoio ao Aluno e à Família e para o Serviço de Psicologia e Orientação.
- . Existência de oferta educativa adequada às necessidades de alguns alunos.
- . Existência de parcerias fortes entre o Agrupamento, o Município, as Juntas de Freguesia e as Associações do Concelho.
- . Promoção, por parte da direção, de relações com entidades locais incentivando-as a contribuir para a melhoria do agrupamento.
- . Bom apetrechamento das salas de aula.
- . Bons recursos e equipamentos informáticos e tecnológicos.
- . Importância do Desporto Escolar na valorização e na promoção de atitudes positivas nos alunos.
- . Dinâmica abrangente e transversal da biblioteca escolar, integrada no Programa Rede de Bibliotecas Escolares do MEC, enquanto recurso indutor de aprendizagens e de trabalho colaborativo, contribuindo para a promoção da leitura e das literacias.
- . Divulgação dos documentos orientadores do agrupamento.
- . Direção promove a realização de ações de informação sobre decisões que impliquem alterações ou mudanças no Agrupamento.
- . Divulgação das atividades desenvolvidas no Agrupamento, no site e na Newsletter.

Ambiente interno - Pontos Fracos

- . Oscilação dos resultados escolares dos alunos (a nível local e nacional).
- . Resultados nas provas de avaliação externa abaixo da média nacional, em algumas disciplinas.
- . Existência de alguns focos de indisciplina.
- . Dificuldade de alguns docentes na gestão dos problemas comportamentais em sala de aula.
- . Falhas pontuais no controlo das entradas e saídas da escola sede.

Ambiente externo - Oportunidades

- . Dimensão do concelho permite maior interatividade entre o Agrupamento e a Comunidade.
- . A existência de um espaço onde funcionam todos os níveis de ensino potencia uma maior aproximação/interação entre a comunidade educativa.
- . Património cultural e ambiental do concelho.
- . Existência de pontes/protocolos com instituições de ensino superior do distrito e da região.
- . Associação de Estudantes mais interventiva.

Ambiente externo - Ameaças

- . Fraca expectativa dos alunos face à Escola.
- . Legislação inadequada no rácio de assistentes operacionais.
- . Ausência de legislação que defina claramente os conteúdos funcionais dos Assistentes Operacionais.
- . Aumento do desemprego e da população escolar carenciada.
- . Diminuição e envelhecimento da população do concelho.
- . Diminuição da população escolar.

3.2. RESULTADOS ESCOLARES

A monitorização e avaliação dos resultados escolares é um processo contínuo e sistemático que tem como objetivo, não só apreciar a implementação e evolução das metas educativas, a fim de as ajustar, mas também fundamentar a tomada de decisões e prestar esclarecimentos a toda a comunidade educativa.

O Projeto de Intervenção do Diretor bem como o Plano de Ação Estratégica de Promoção do Sucesso Escolar, elaborados em 2016, reforçavam a ideia de uma maior eficácia do “Observatório de Monitorização para as Aprendizagens”, para que através da análise estatística dos dados referentes aos resultados internos e externos, à qualidade do sucesso, ao abandono escolar e ao absentismo, se delineassem as melhores estratégias de superação das dificuldades.

Após o estudo de indicadores como o histórico das taxas de retenção entre 2015 e 2018, o desvio entre as classificação Interna Final em relação à Classificação Externa, a taxa de absentismo e abandono escolar e o ingresso em primeira prioridade no ensino superior, projetam-se as metas a atingir para o triénio de vigência deste projeto educativo.

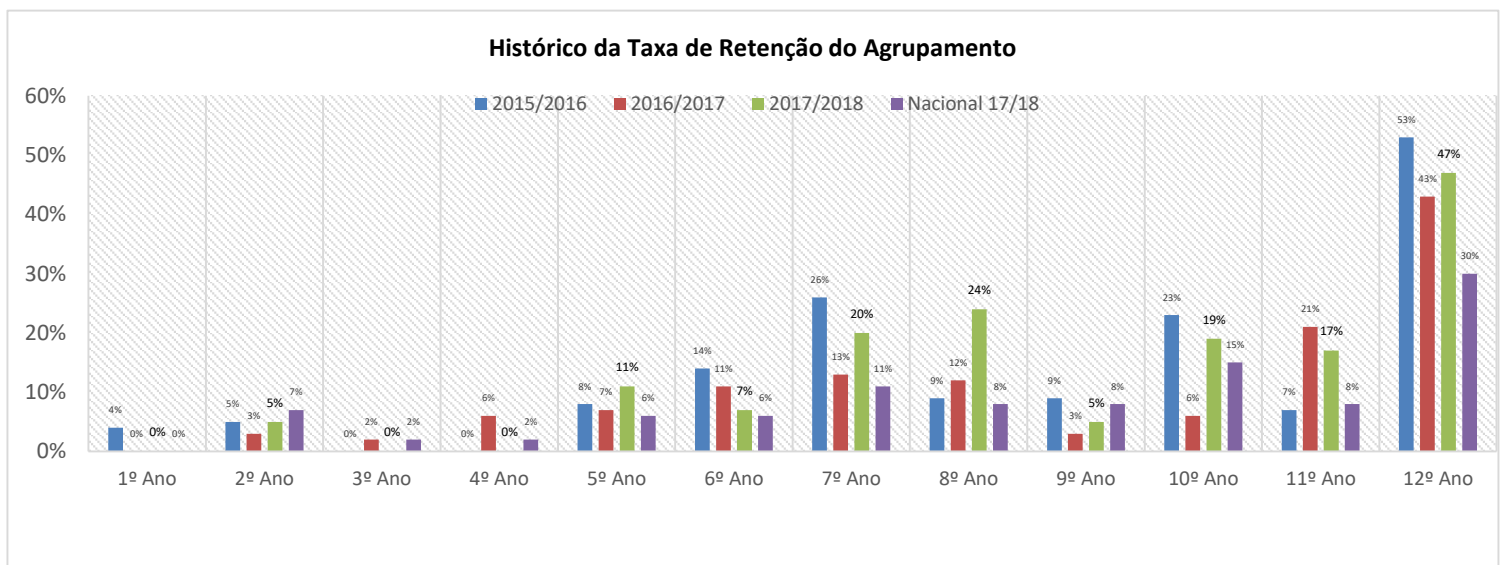


Gráfico 15 - Taxa de Retenção do Agrupamento (Fonte: PNPSE MISI-DGEEC)

3.2.1 INDICADORES DE CONTEXTO

A análise do histórico de retenções no triénio 2015-2018, de um modo geral, revela uma evolução positiva, no ensino básico. O mesmo não acontece no ensino secundário onde não existe uma tendência. A evolução das taxas de retenção no Agrupamento, na totalidade dos ciclos, evidencia uma melhoria geral ao longo destes anos.

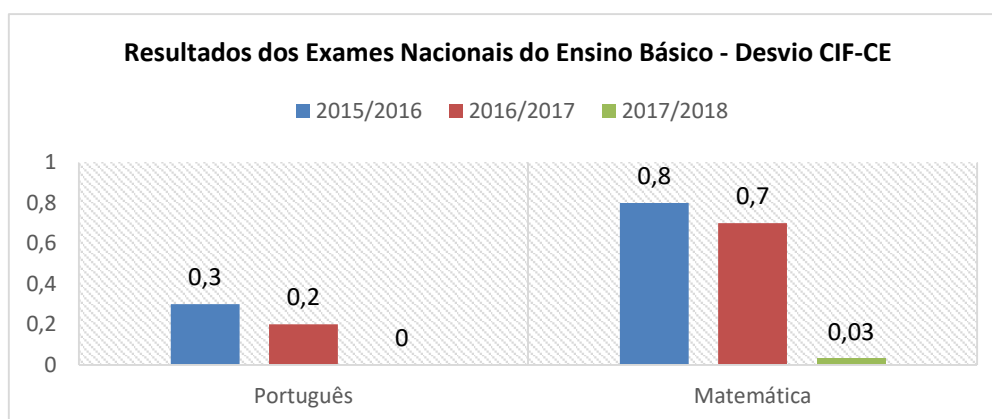


Gráfico 16 - Resultados dos Exames Nacionais do Ensino Básico - Desvio CIF-CE (Fonte: JNE - Programa ENEB)

O desvio da Classificação Interna Final em relação à Classificação Externa tem vindo a diminuir, significativamente, neste último triénio, no ensino básico.

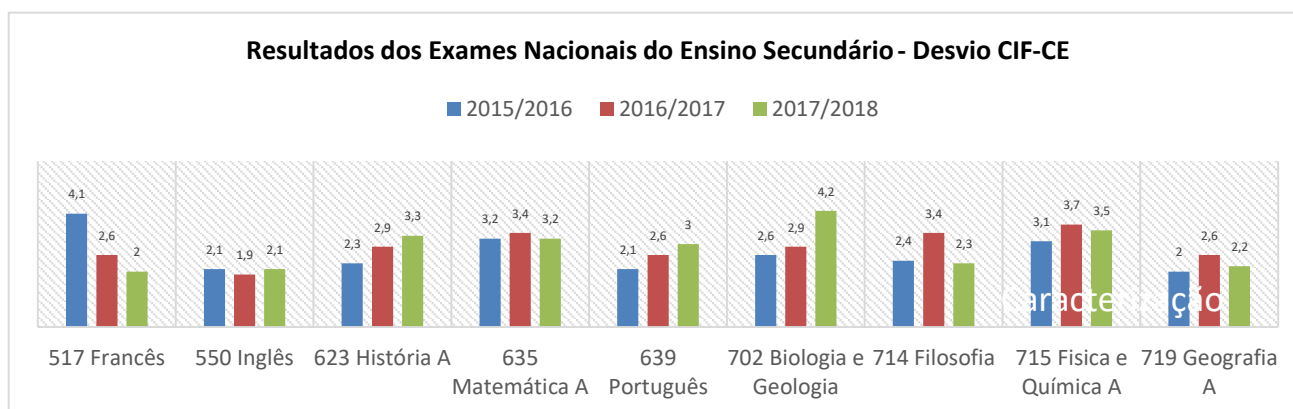


Gráfico 17 - Resultados dos Exames Nacionais do Ensino Secundário - Desvio CIF-CE (Fonte: JNE - Programa ENES)

De um modo geral, o desvio da Classificação Interna Final em relação à Classificação Externa tem vindo a aumentar ligeiramente neste último triénio, no ensino secundário.

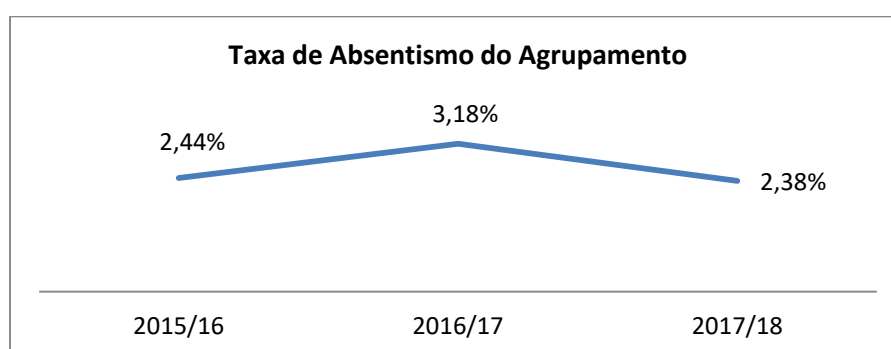


Gráfico 18 - Taxa de Absentismo Escolar do Agrupamento (Fonte: Misi – DGEEC)

A taxa de absentismo escolar em 2017/2018 situa-se em 2,38%, verificando-se que tem vindo a diminuir.

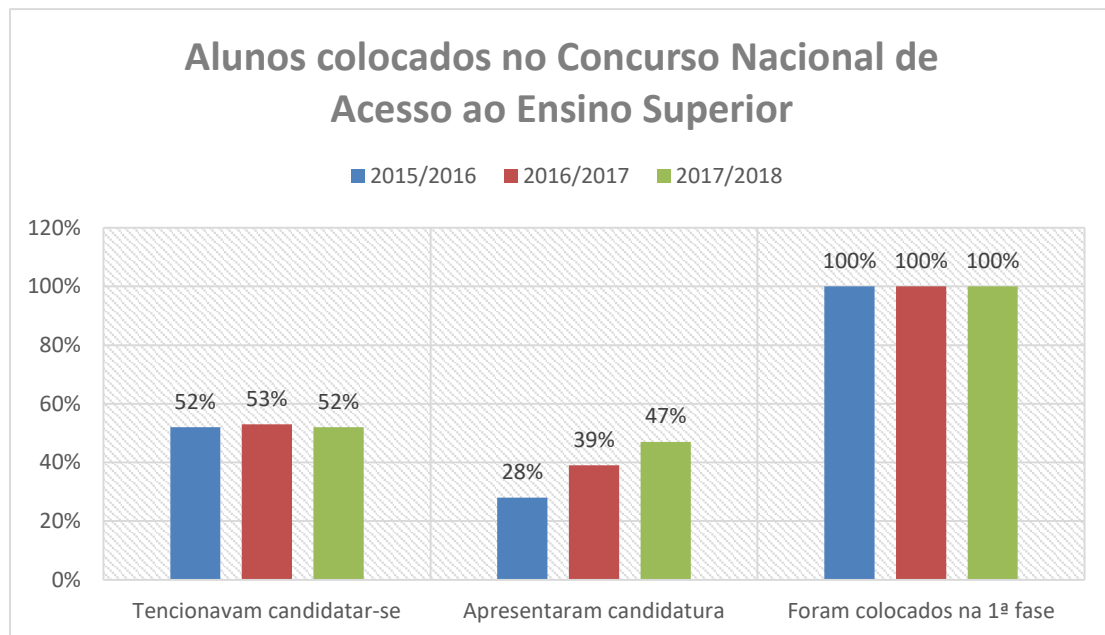
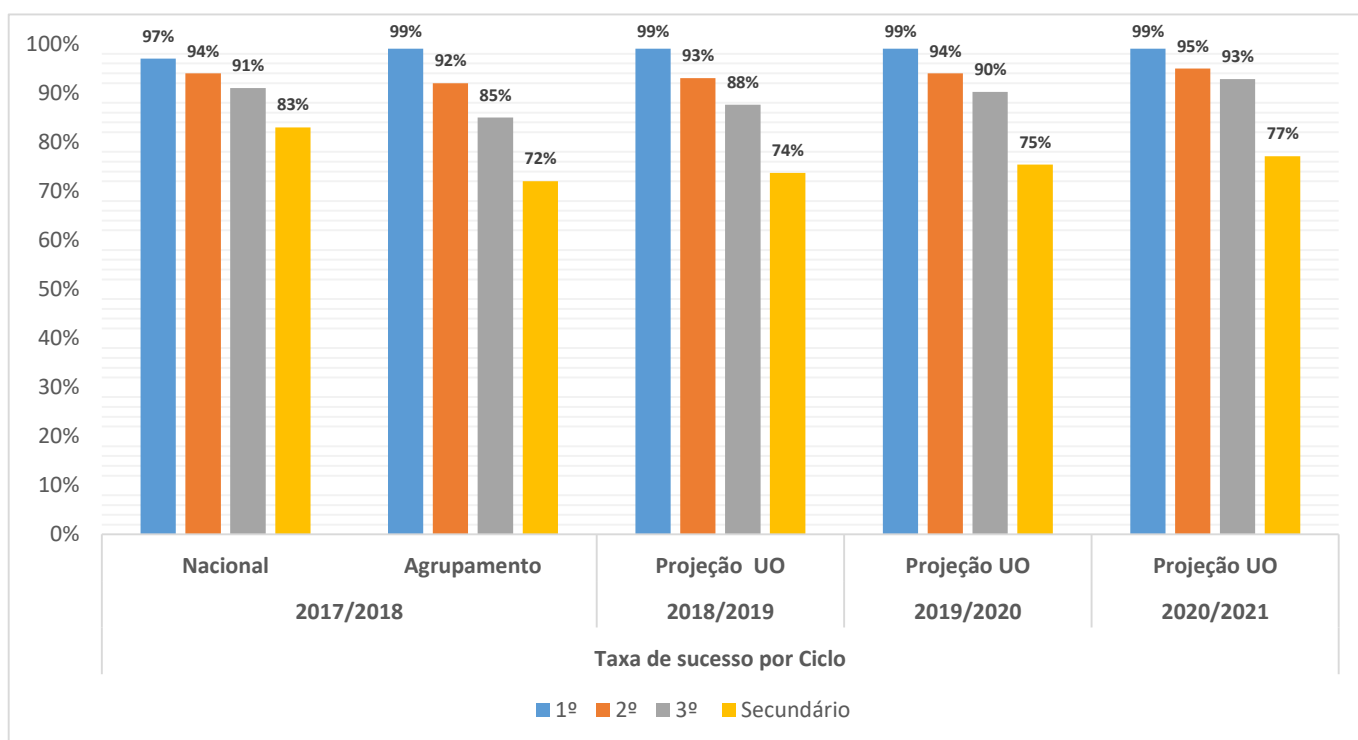


Gráfico 19 - Alunos colocados no Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior (Fonte: JNE - Programa ENES)

Todos os alunos que apresentaram candidatura ingressaram no ensino superior.

3.2.2 METAS DE SUCESSO ESCOLAR

Considerando os indicadores de sucesso escolar sucintamente referidos anteriormente, a projeção das metas de sucesso escolar terão como referenciais o diferencial entre os valores das médias de 2017/2018 na avaliação interna da escola, e a média nacional, projetando a diferença pelos três anos. No ensino secundário considera-se como meta razoável melhorar em apenas 50% do diferencial, atendendo às especificidades deste nível de ensino.



Assim, considerando os valores que se apresentam no gráfico, estabelecem-se como metas de sucesso escolar:

- 1.º Ciclo do Ensino Básico – Manter o nível de sucesso em 98,8%;
- 2.º Ciclo do Ensino Básico – Melhorar 1% por ano letivo.
- 3.º Ciclo do Ensino Básico – Melhorar 2,6% por ano letivo.
- Ensino Secundário - Melhorar 1,7% por ano letivo.

4. PLANO ESTRATÉGICO/METAS

A – Promover uma cultura participativa, fomentadora de motivação e interação na comunidade escolar.

- A promoção de uma cultura participativa, fomentadora de motivação e interação na comunidade escolar, estimula o enriquecimento científico, cultural e afetivo do agrupamento, criando uma relação de pertença essencial ao sucesso educativo dos alunos que o frequentam e ao bem estar da comunidade escolar.

B – Melhorar os resultados das aprendizagens nas suas diversas dimensões.

- Ao valorizar a componente humanística, o processo de ensino-aprendizagem prepara os alunos muito para além das componentes previstas no currículo. Prepara-os enquanto cidadãos completos com maior maturidade cívica, sendo essa maturidade potenciadora de sucesso nos seus resultados.

C – Monitorizar a qualidade do serviço educativo prestado pelo Agrupamento.

- A qualidade do ensino prestado no agrupamento pode ser aferida através da análise do sucesso dos alunos que concluem os estudos no Agrupamento, tanto ao nível dos que prosseguem estudos nas instituições de ensino superior, como ao nível dos que ingressam na vida ativa. É por isso necessário e fundamental garantir que o serviço prestado pelo Agrupamento seja eficaz ao nível da consolidação e articulação de conteúdos e dos critérios e instrumentos de avaliação das práticas letivas.

D – Melhorar a gestão e a organização escolar.

- É condição essencial para a criação de um ambiente psicológica e socialmente saudável, valorizar a atividade docente e não docente, garantir a segurança nos vários espaços escolares, fazer uma gestão transparente e ponderada dos recursos humanos e financeiros e promover a melhoria contínua da organização através de processos de monitorização.

E – Garantir a eficácia da comunicação interna e com o exterior.

- Promover a comunicação no interior do Agrupamento ao nível das estruturas intermédias, entre a sede e os Jardins de Infância de Alpalhão e Tolosa, entre estas e os respetivos serviços, assim como com a restante comunidade, através do recurso a vários meios (site do Agrupamento, plataforma moodle, newsletter, etc), é uma forma de potenciar a eficácia.

Para cada uma destas dimensões foram definidos objetivos, estratégias/atividades, metas e indicadores, sistematizados nos seguintes quadros:

5 | OBJETIVOS

5.1. DIMENSÃO A: PROMOVER UMA CULTURA PARTICIPATIVA, FOMENTADORA DE MOTIVAÇÃO E INTERAÇÃO NA COMUNIDADE ESCOLAR

Objetivo	Estratégias	Metas	Indicadores
1 - Reforçar as relações interpessoais entre alunos no Agrupamento	Dinamizar atividades envolvendo alunos de diferentes níveis de ensino, no âmbito de várias áreas disciplinares e/ou projetos/programas do Agrupamento.	Realização de três atividades por ano letivo. <u>Grau de satisfação:</u> - 1 atividade - pouco satisfatório; - 2 atividades-pouco satisfatório; - 3 atividades- satisfatório; - 4 atividades – muito satisfatório	- Nº de atividades realizadas por ano letivo.
	Estimular a socialização /interação dos alunos com Medidas de Suporte à Aprendizagem e Inclusão com outros alunos da escola.	Desenvolver projetos envolvendo a participação dos alunos com Medidas de Suporte à Aprendizagem e Inclusão na dinâmica do Agrupamento. <u>Grau de satisfação:</u> - 1 projeto envolvendo alunos MSAI - pouco satisfatório; - 2 projetos envolvendo alunos MSAI-satisfatório; - 3 projetos envolvendo alunos MSAI–muito satisfatório.	- Nº de atividades e projetos desenvolvidos por alunos no agrupamento que incluem alunos com MSAI a partir dos relatórios efetuados para cada atividade / projeto. - Nº de alunos participantes



Objetivo	Estratégias	Metas	Indicadores
2 - Fortalecer a apropriação individual e coletiva dos diferentes espaços e recursos do Agrupamento por parte de todos os elementos da comunidade escolar	Desenvolver uma cultura de valorização e preservação dos espaços escolares como património coletivo.	<p>Aumento progressivo de iniciativas de valorização e preservação dos espaços escolares no Agrupamento: 2018/2019- 2 iniciativas; 2019/2020- 3 iniciativas; 2020/2021- 4 iniciativas.</p> <p>Aumento do grau de satisfação da comunidade escolar face à vivência no espaço escolar.</p>	- Nº de iniciativas em cada ano letivo.
3 - Intensificar o envolvimento e a corresponsabilização de encarregados de educação e famílias na vida do agrupamento e nas atividades educativas.	Desenvolver uma articulação mais estreita com Associação de Pais de modo a aumentar o grau de participação destes em iniciativas realizadas pelo Agrupamento.	<p>Realizar anualmente duas reuniões de articulação com Associação de Pais.</p> <p>A Associação de Pais organiza e / ou dinamiza duas atividade por ano letivo destinadas à comunidade escolar e educativa.</p>	<p>- Nº de reuniões realizadas.</p> <p>- Nº de atividades organizadas e / ou dinamizadas pela Associação de Pais.</p>
4 - Estreitar a relação com a comunidade educativa	Alargar as parcerias e protocolos com entidades de acordo com as necessidades sentidas.	Estabelecer / manter anualmente uma parceria/protocolo com entidades relevantes.	-Nº de parcerias/protocolos estabelecido por ano.

5.2. DIMENSÃO B: MELHORAR OS RESULTADOS DAS APRENDIZAGENS DOS ALUNOS NAS SUAS DIVERSAS DIMENSÕES

Objetivo	Estratégias	Metas	Indicadores
1 - Melhorar o sucesso escolar combater o absentismo escolar	Consolidar práticas de reflexão partilhada sobre as estratégias de ensino e de aprendizagem, através da realização de reuniões semanais, por grupo de recrutamento.	Aumentar gradualmente o número de docentes que fazem reflexão partilhada sobre as estratégias de ensino e aprendizagem: 2018/2019 – 70% dos docentes fazem reflexão partilhada; 2019/2020 – 80% dos docentes fazem reflexão partilhada; 2020/2021 – 90% dos docentes fazem reflexão partilhada.	- Nº de reuniões realizadas. - Atas de grupo de recrutamento.
	Implementar atividades de diferenciação pedagógica .	Aumentar anualmente o número de docentes que fazem diferenciação pedagógica.	- Atas de Departamento e Conselho de Turma.
	Aplicar questionários aos alunos sobre as estratégias de ensino e aprendizagem.	Aumentar anualmente a diversidade de estratégias de ensino e aprendizagem.	- Nº de estratégias elencadas pelos alunos nos questionários.
	Promover a autorreflexão sobre a prática letiva, a observação de aulas entre pares e a adequação entre o planificado e o lecionado.	Aumentar gradualmente a percentagem de docentes que sistematizaram a autorreflexão, a observação de aulas e lecionaram de acordo com o planificado: 2018/2019 – 75% dos docentes; 2019/2020 – 80% dos docentes; 2020/2021 – 85% dos docentes.	- Nº de registos individuais e de pares; - Nº de aulas observadas entre pares; - Nº de registos efectuados a partir da observação das planificações de curto prazo,



		sumários digitais, dossiers de departamento e cadernos diários dos alunos.
Promover ações de formação para pessoal docente, de forma a dotar a escola de meios para o desenvolvimento de estratégias inovadoras e indutoras de mudança, com especial relevância para a utilização das TIC.	Aumentar anualmente o número de ações de formação para pessoal docente: 2018/2019 – 2 ações; 2019/2020 – 3 ações; 2020/2021 – 4 ações.	- Nº de ações de formação realizadas e nº de formandos.
Aferir os conhecimentos dos alunos através da aplicação sistemática da avaliação formativa, informar os alunos sobre o seu desempenho numa perspetiva proativa e envolver os alunos nas aprendizagens, identificando as dificuldades e a forma de as superar.	Aumentar anualmente o número de docentes que realizam avaliação formativa, informam os alunos sobre o seu desempenho, envolvem-os nas aprendizagens e identificam as dificuldades e a forma de as superar.	- Nº de docentes que realizam documentos de avaliação formativa por ano/ turma/ disciplina (Dossiers de Departamento). - Nº de docentes que realizam registos informativos sobre as aprendizagens adquiridas por ano /turma/ disciplina (Dossiers de Departamento).
Diminuir a diferença, relativamente à média nacional, através de aulas complementares, coadjuvação em sala de aula, grupos de nível dentro da turma, sala de estudo, tutorias.	2.º ciclo – 1% ao ano 3.º ciclo – 2,6% ao ano Secund. – 1,7% ao ano	- Taxa anual de sucesso.
Manter os níveis de sucesso.	1.º ciclo – 98,8%	
Monitorizar e avaliar trimestralmente as taxas de sucesso/insucesso por ano e disciplina.	Atingir, anualmente, os valores de referência regionais e ou nacionais.	- Resultados escolares.
Elaborar anualmente e por triénio estatísticas comparativas dos resultados das avaliações interna e externa por ano e disciplina.	Diminuir anualmente a diferença entre os resultados da avaliação externa e interna em 2%.	-Diferença entre os resultados da avaliação interna e da avaliação externa.

Comparar as taxas de sucesso do Agrupamento com as taxas de sucesso escolar nacionais.

Diminuir, anualmente, a diferença entre as taxas de sucesso do Agrupamento e as taxas de sucesso escolar nacionais em 1%

-Taxas de sucesso do Agrupamento e taxas de sucesso escolar nacionais.

Incentivar os alunos para completarem, com sucesso, a escolaridade obrigatória, através da criação de respostas adequadas às necessidades individuais.

Garantir taxas de absentismo escolar de 2%.

- Taxas de absentismo escolar do Agrupamento.

Desenvolver iniciativas no âmbito das expressões artísticas/desportivas como estratégia de regulação de interesses/desinteresse face às aprendizagens escolares.

Realizar duas iniciativas anuais.

- Nº de iniciativas.

Abranger, ao longo do triénio, três domínios de expressão diferentes.

Objetivo	Estratégias	Metas	Indicadores
2 - Desenvolver atitudes e comportamentos de responsabilidade e de respeito interpessoal favoráveis a um ambiente de aprendizagem pautado pela inclusão, pela sã convivência e pela segurança.	Incrementar as práticas de voluntariado como estratégia de fomento da participação, responsabilidade e cooperação.	Aumento gradual dos alunos que praticam voluntariado no agrupamento: 2018/2019 -1% do total de alunos, grau de satisfação – no mínimo satisfatório; 2019/2020 -3% do total de alunos, grau de satisfação – no mínimo satisfatório; 2020/2021 -5% do total de alunos, grau de satisfação – no mínimo bom.	- (%) de alunos que praticam voluntariado
3 - Promover a Educação para a Saúde e a Educação Sexual em meio escolar e a prevenção de comportamentos de risco.	Proporcionar informação sobre bem-estar físico, emocional e social através de sessões de sensibilização e debate sobre temas diversificados (por ex: segurança, afetos, violência, higiene, alimentação, etc).	Promover pelo menos 2 sessões por ano letivo, para diferentes níveis de ensino, garantindo que metade das turmas do Agrupamento e todos os níveis de ensino participem em, pelo menos, uma sessão por ano letivo.	- Nº de sessões por ano letivo. - (%) de turmas participantes. - (%) de turmas por nível de ensino.

Objetivo	Estratégias	Metas	Indicadores
4 - Aumentar a participação ativa dos alunos na vida escolar e nos órgãos e estruturas do Agrupamento.	Dar a conhecer aos alunos, nas aulas com os diretores de turma, os documentos fundamentais do Agrupamento através dos docentes titulares de turma e dos diretores de turma.	Todas as turmas tomam conhecimento, dos documentos fundamentais do Agrupamento.	- Nº de registos nos sumários das aulas.
	Encorajar a promoção de iniciativas de intervenção cívica dos alunos da escola através da articulação entre a associação de estudantes, os órgãos de gestão e coordenação pedagógica e a coordenadora de projetos do Agrupamento.	Realizar em cada ano letivo pelo menos três reuniões entre a associação de estudantes, os órgãos de gestão e coordenação pedagógica e a coordenadora de projetos do Agrupamento.	- Nº de reuniões realizadas. - Nº de iniciativas definidas.
		A AE define e concretiza pelo menos uma iniciativa anual no âmbito da intervenção cívica.	- Nº de iniciativas concretizadas.
5 - Desenvolver hábitos de leitura e reconhecer o livro e a leitura como elementos essenciais para a construção da identidade pessoal e cívica dos alunos.	Realização de atividades de promoção da leitura e das literacias em diversos suportes.	Realizar cinco atividades por período letivo com as características referidas.	- Nº de participantes (em relação ao público-alvo).
		Aumento do número da requisição de livros: 2018/2019- aumento de 2%; 2019/2020- aumento de 3%; 2020/2021- aumento de 5%.	- Registo da requisição de livros.

Objetivo	Estratégias	Metas	Indicadores
6 - Desenvolver as literacias da informação, digital, da aprendizagem e da cultura.	Realizar/intensificar o Intercâmbio intergeracional e cultural efetuado com a comunidade.	Realização de uma atividade por período que promova este intercâmbio.	- Nº de atividades desenvolvidas. - Nº de participantes.
7 - Promover a educação para a preservação e desenvolvimento do património ambiental e cultural, material e imaterial	Realizar ações de sensibilização sobre o património ambiental e cultural, material e imaterial. Criar uma cultura corresponsável através da promoção de iniciativas como: poupança de recursos naturais e de energias e de reciclagem de materiais.	Realização de duas ações por ano letivo. Desenvolver anualmente duas campanhas promotora de poupança de recursos naturais e de energia e de reciclagem de materiais. Reduzir progressivamente o consumo de água, eletricidade, papel e outros consumíveis no Agrupamento.	- Nº de ações realizadas. - Nº de campanhas realizadas. - Redução dos valores de consumo.

5.3. DIMENSÃO C: GARANTIR A QUALIDADE DO SERVIÇO EDUCATIVO PRESTADO PELO AGRUPAMENTO

Objetivo	Estratégias	Metas	Indicadores
1 - Consolidar a articulação e a sequencialidade entre os níveis e ciclos de ensino do Agrupamento.	Conciliar o planeamento dos conteúdos programáticos por disciplina/ nível de escolaridade.	Definir em cada departamento o planeamento dos conteúdos programáticos para cada ano de escolaridade.	- Nº de atas em que foram planificadas as atividades.
	Promover processos de articulação ao nível da sequencialidade das aprendizagens entre os diferentes anos e ciclos de escolaridade.	Articular em duas reuniões anuais inter ciclos a sequencialidade das aprendizagens entre os diferentes anos e ciclos de escolaridade.	- Nº de reuniões realizadas.
	Harmonizar os critérios e instrumentos de avaliação, por disciplina / nível de escolaridade.	Definir uma estrutura comum de testes por disciplina / nível de escolaridade. Elaborar, por ano letivo, uma matriz conjunta de um teste em cada disciplina / nível de escolaridade.	- Nº de matrizes conjuntas definidas e aprovadas. - Nº de testes com estrutura comum.
	Consolidar as práticas de cooperação docente ao nível das práticas letivas.	Número de docentes que partilham anualmente iniciativas de práticas letivas e a respetiva avaliação.	- Nº de iniciativas registadas em ata de Conselho de turma / departamento.
	Desenvolver atividades ou projetos que envolvam várias disciplinas.	Cada conselho de turma desenvolve anualmente uma atividade / projeto que envolva, no mínimo, duas disciplinas: 2018/2019 - 40% de CT; 2019/2020- 50% de CT;	-(%) de CT; -(%) de DTT (Docente titular de turma).



Generalizar a utilização das TIC e da Plataforma Moodle do Agrupamento como ferramentas facilitadoras da utilização de metodologias ativas e participativas motivadoras da aprendizagem.

2020/2021- 60% de CT.

Cada docente titular de turma desenvolve anualmente uma atividade/projeto que envolva no mínimo duas turmas.

Aumentar a utilização das TIC e da Plataforma Moodle nas várias disciplinas e anos de escolaridade:

No 2º e 3º Ciclo e Secundário:

2018/2019 – 50% das disciplinas utilizam as TIC;

2019/2020 – 60% das disciplinas utilizam as TIC;

2020/2021 – 70% das disciplinas utilizam as TIC.

No 1º Ciclo:

2018/2019 – 50% das disciplinas em funcionamento na Plataforma Moodle;

2019/2020 – 50% das turmas;

2020/2021 – 50% dos docentes do 1ºCiclo.

- % de disciplinas em funcionamento na Plataforma Moodle.

- % de disciplinas utilizam as TIC.

- Resultados de um questionário de satisfação.

Objetivo	Estratégias	Metas	Indicadores
2 - Avaliar o impacto das aprendizagens dos alunos que frequentaram o Agrupamento e nele concluíram os estudos.	Acompanhar os percursos escolares e profissionais dos alunos que concluem os estudos no Agrupamento.	Acompanhar os percursos escolares e profissionais dos alunos que concluem os estudos no Agrupamento. Verificar anualmente a percentagem de alunos que entram na vida ativa.	- (%) de alunos que entram no ensino superior. - (%) de alunos que entram na vida ativa.
3 - Garantir a orientação e encaminhamento adequados dos alunos, criando oferta educativa no Agrupamento.	Criar oferta educativa e formativa no Agrupamento. Facilitar a orientação vocacional, apresentando aos alunos as potencialidades dos cursos, através de sessões informativas.	Criar uma turma de cursos profissionais/CEF no ano letivo 2018/19. Todas as turmas do 9º ano participam em sessões de orientação vocacional.	- Nº de turmas de CEF constituídas. - (%) de alunos que por ano, assistem às sessões. - Nº de sessões realizadas.

5.4. DIMENSÃO D: MELHORAR A GESTÃO E ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Objetivo	Estratégias	Metas	Indicadores
1 - Estimular a articulação e sinergia entre os intervenientes no processo educativo, os órgãos de direção, organização e gestão e as estruturas de coordenação.	Proporcionar momentos de reflexão conjunta entre elementos dos vários setores da comunidade escolar.	Realizar uma reunião por período letivo com elementos do pessoal não docente, um elemento da Direção, os delegados de turma e a equipa de avaliação do Projeto.	- Nº de reuniões realizadas.
	Garantir condições para o desenvolvimento do trabalho colaborativo e de articulação entre os vários níveis/anos.	Realizar 3 reuniões anuais, com os delegados de turma dos vários ciclos Educativo.	
	Assegurar com rigor a manutenção da segurança nos espaços escolares, através de um controlo mais eficaz, em todas as escolas, das entradas e saídas.	Definir tempos semanais sem atividades letivas que permitam a realização de reuniões de docentes de qualquer nível de ensino.	- % de docentes com horas da componente não letiva destinadas a articulação e ao desenvolvimento do trabalho colaborativo.
		Assegurar o controlo das entradas e saídas na portaria das escolas, reduzindo progressivamente o número de ocorrências de infrações participadas à direção:	- Nº de ocorrências participadas.
		2018/2019 – menos de 20 ocorrências; 2019/2020 – menos de 10 ocorrências; 2020/2021 – menos de 5 ocorrências.	



Objetivo	Estratégias	Metas	Indicadores
	Garantir uma maior articulação e corresponsabilização entre os intervenientes no processo educativo, os órgãos de direção, organização e gestão e as estruturas de coordenação nos projetos do Agrupamento, no âmbito da solidariedade, com os elementos da comunidade escolar carenciados.	Reforço da afetação de verbas da escola ao apoio social a crianças e jovens em situação de carência económica, nomeadamente a nível de alimentação.	- (%) de respostas de situações de carência.
2 - Assegurar uma gestão rigorosa, criteriosa e transparente dos recursos humanos e financeiros	Garantir a equidade na gestão dos recursos financeiros, nomeadamente no que respeita a aquisições de equipamentos específicos e a despesas inerentes às atividades constantes do PAA, divulgando atempadamente as prioridades e regras de atribuição de verbas.	Elaboração, duas vezes por mês, da relação de necessidades, que será enviada ao Diretor, pelos Coordenadores de Departamento.	- Nº de documentos contendo as necessidades dos departamentos.
3 - Garantir a otimização permanente de todos os Serviços prestados pelo Agrupamento	Garantir um atendimento eficaz e um encaminhamento de qualidade na Portaria, na Reprografia e no Bar.	Melhorar progressivamente, no Bar, na Reprografia e na Portaria, através da sensibilização dos Recursos Humanos envolvidos, os serviços prestados. Grau de satisfação: 2018/2019 – Satisfatório; 2019/2020 – Bom; 2020/2021 – Muito Bom.	- Resultados dos Inquéritos de satisfação.
	Monitorizar a qualidade do serviço de refeições.	Aumentar, progressivamente, o grau de satisfação dos utentes. Reduzir a taxa de variação entre refeições compradas e servidas. Desenvolver campanhas sobre alimentação saudável.	- Resultados de questionário de satisfação.

Objetivo	Estratégias	Metas	Indicadores
	Estimular o consumo de alimentos saudáveis.	Manter os preços praticados no Bar da Escola de acordo com os previstos nos normativos legais. Aumentar o grau de satisfação: 2018/2019 – Satisfatório; 2019/2020 – Bom; 2020/2021 – Muito bom.	- Nº de campanhas efetuadas. - Taxa diferencial entre os preços praticados no Bar do Agrupamento e os previstos na Lei. - Resultados de questionário de satisfação.
4 - Promover a valorização e formação profissionais do pessoal docente e não docente e de outros elementos da comunidade educativa, em particular Encarregados/as de Educação, usando recursos internos e externos ao Agrupamento.	Realizar, nas instalações do Agrupamento, sessões/ações de sensibilização e/ou formação para docentes sobre Indisciplina e sobre as potencialidades dos recursos do Agrupamento no âmbito das novas tecnologias e outros.	Realizar uma sessão sensibilização e/ou deformação por ano letivo.	Nº de sessões realizadas.
	Realizar, nas instalações do Agrupamento, sessões/ações de sensibilização e/ou formação para pessoal docente e não docente e outros elementos da comunidade educativa sobre temas relevantes que correspondam às necessidades sentidas e aos objetivos do Projeto Educativo. (p. ex. dislexia, TIC, violência e dependências).	Realizar uma sessão de sensibilização e/ou formação por ano letivo.	- Nº de sessões realizadas.
	Promover através do município a formação do pessoal não docente de acordo com as necessidades diagnosticadas.	Aplicar um diagnóstico de necessidades de formação do pessoal não docente.	Nº de diagnósticos de necessidades de formação aplicados.
5 - Promover a auto-avaliação continuada do Agrupamento	Monitorizar e avaliar a implementação do Plano Anual de Atividades do Agrupamento.	A equipa de avaliação do PAA elabora dois relatórios periódicos de execução do PAA e um relatório final de execução do PAA.	Nº de relatório de Execução do PAA.

Objetivo	Estratégias	Metas	Indicadores
	Monitorizar e avaliar a implementação do Projeto Educativo do Agrupamento.	Constituir uma equipa permanente de monitorização do PEA.	- Existência da equipa de monitorização. - Nº de relatórios anuais.
	Garantir a autoavaliação permanente do Agrupamento.	A equipa de autoavaliação do Agrupamento trabalha em estreita articulação com as equipas de avaliação do PAA e do PEA e elabora relatórios anuais de autoavaliação do Agrupamento.	- Nº de relatórios elaborados.

5.5. DIMENSÃO E: GARANTIR UMA COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA EFICAZ

Objetivo	Estratégias	Metas	Indicadores
1 - Melhorar a qualidade e agilizar a transmissão da informação a nível intrasectorial e intersectorial no Agrupamento	Desenvolver uma comunicação eficaz e transparente entre o Conselho Geral e o pessoal docente, potenciando os canais de comunicação interna.	Tornar públicas as decisões das reuniões do Conselho Geral através dos canais de comunicação interna.	- Nº de sínteses do Conselho Geral tornadas públicas.
	Potenciar os projetos na área da comunicação (por exemplo: newsletter) para a divulgação de informação relevante sobre o Agrupamento.	Divulgar/noticiar atividades e acontecimentos do Agrupamento através da newsletter e de outros suportes de comunicação.	- Nº de newsletters e de outros suportes de comunicação.
2 - Melhorar a qualidade e agilizar a transmissão da informação junto da comunidade educativa	Privilegiar o contacto por email com Encarregados/as de Educação e com a comunidade educativa.	2018/19: - Criar um e-mail institucional para pessoal docente; - Criar uma lista de endereços de correio electrónico, por Encarregado de Educação, por turma.	- (%) de pessoal docente com email institucional. - Nº de listas criadas.
	Divulgar junto da comunidade educativa os projetos, iniciativas, atividades e potencialidades materiais e humanas do agrupamento.	2018/19 -Remodelação do web site do Agrupamento, tornando a informação prestada mais acessível. Divulgar as iniciativas a Encarregadas/os de Educação através de pelo menos um dos canais de comunicação externa do Agrupamento: 2018/2019 – divulgação de pelo menos 50% das iniciativas; 2019/2020 – divulgação de pelo menos 60% das iniciativas; 2020/2021 – divulgação de pelo menos 70% das iniciativas.	- Web Site reformulado em 2018. - (%) de iniciativas divulgadas.

6. OPÇÕES ESTRUTURANTES DE NATUREZA CURRICULAR

Os documentos curriculares de todas as disciplinas e áreas, numa perspetiva de currículo futuro, atualizada pelos referentes internacionais (Projeto Educação 2030, OCDE, 2016; Repensar a Educação, UNESCO, 2016; Resumo de Políticas, UNESCO, 2017) tendem, no plano das reconfigurações em curso noutros países, a evoluir para um formato menos prescritivo, mas mais orientativo (Roldão, Peralta, Martins, 2017).

Esta conceção encontra-se consubstanciada com a publicação do Decreto-Lei 55/2018, de 6 de julho, que estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário, os princípios orientadores da sua conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens, preconizando que todos os alunos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

O referido decreto-lei confere autonomia curricular às escolas, materializada, entre outros aspetos, na possibilidade de gestão flexível das matrizes curriculares-base das ofertas educativas e formativas, adequando-as às opções curriculares de cada escola.

Na operacionalização dos instrumentos de planeamento curricular (art. 20.º, Secção II), ao nível de escola e da turma, remete-se para o Projeto Educativo a definição das opções estruturantes de natureza curricular. No âmbito dos princípios orientadores do mesmo diploma legal, enfatizamos a “Assunção das artes, das ciências e tecnologias, do desporto e das humanidades como componentes estruturantes da matriz curricular das diversas ofertas educativas e formativas” (alínea q, art.º 4.º), que traduz bem o ideário deste documento. No prosseguimento deste pensamento e da ampla reflexão produzida nos órgãos de gestão intermédia - Conselhos de Turma, Departamentos Curriculares e Conselho Pedagógico - o Conselho Pedagógico aprovou, por unanimidade, a proposta de consagrar no Projeto Educativo da Escola, como opções estruturantes do currículo:

- i. A possibilidade de criar Domínios de Autonomia Curricular como áreas de confluência de trabalho interdisciplinar e ou de articulação curricular;
- ii. Como Oferta Complementar, a criação de novas disciplinas para enriquecimento do currículo (nº9, art.13º do Decreto-Lei nº 55/2018, de 6 de julho).

Findo, em 2017, o período experimental do Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular, emerge a necessidade de aprofundar conhecimentos sobre este novo quadro concetual de currículo, com desafios e exigências no seu processo de implementação, que se deseja gradual e consolidado, onde “as escolas e os professores assumem decisões curriculares capazes de suscitar um trabalho de formação culturalmente significativo que estimule a inteligência, a autonomia solidária e a participação dos seus alunos na gestão do quotidiano da sala de aula” (Cosme, 2018).

6.1.OFERTA FORMATIVA E EDUCATIVA

O Agrupamento de Escolas de Nisa responsabiliza-se pela resposta na educação pré-escolar, dispondo de salas de jardim-de-infância em Alpalhão, em Tolosa e no Centro Escolar de Nisa contribuindo para uma resposta consistente da rede de educação pública neste nível de ensino, promovendo uma cobertura mais eficaz às crianças e famílias do concelho.

A oferta educativa do Agrupamento engloba também, o 1º, 2º e 3º Ciclos, assim como o Ensino Secundário Regular.

A nível do Ensino Secundário, o Agrupamento disponibiliza os Cursos Científico-Humanísticos de Ciências e Tecnologias e Línguas e Humanidades, onde a oferta opcional de disciplinas para as respetivas formações específicas é atualizada, anualmente, em conformidade com a procura dos alunos.

Durante a vigência do Projeto Educativo, diferenciar-se-á e diversificar-se-á a oferta educativa e formativa de modo a oferecer respostas adaptadas às características e necessidades dos alunos, reduzindo o abandono escolar precoce e mantendo o ideário de Agrupamento de Escolas inclusivo.

Numa visão de futuro do Agrupamento, a oferta formativa e educativa, dando resposta a todos os alunos numa visão inclusiva, direcciona-se para percursos formativos alternativos como os cursos de formação e educação, no Ensino Básico e cursos profissionais no Ensino Secundário.

7. MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

Propõe-se uma monitorização contínua do PEA, realizada por uma equipa constituída para o efeito e que integrará, também, os seguintes elementos: um elemento de cada ciclo de ensino do Agrupamento, um elemento da equipa de elaboração do presente Projeto Educativo, um representante do pessoal não docente e um representante dos encarregados de educação/ um aluno.

Esta equipa terá como finalidade supervisionar o desenvolvimento das atividades/estratégias, tendo como objetivo principal garantir a concretização dos resultados e corrigir eventuais desvios assumindo, deste modo, uma vertente essencialmente pedagógica. Assim, considera-se importante que cada docente, ao propor ao Conselho Pedagógico uma atividade ou um projeto, tenha em consideração a sua pertinência para o alcance das metas traçadas no PEA e que esse órgão no uso das suas competências, entre elas a emissão de parecer dessas atividades e desses projetos, tenha igualmente em conta o contributo que eventualmente a mesma possa ter para a concretização da missão do Agrupamento.

A avaliação deverá assumir um carácter formativo, visando a regulação do PEA, recorrendo a relatórios anuais elaborados pela respetiva equipa de avaliação interna a partir de instrumentos de recolha de informação variados, como a autoavaliação feita pelos dinamizadores e pelos intervenientes de cada atividade/estratégia procurando, assim, implicar e envolver toda a comunidade educativa na concretização dos objetivos e no

alcançe das metas propostos para o Agrupamento, tendo como objetivo proceder a uma reformulação sistemática do PEA com vista à sua otimização.

A avaliação do PEA deverá incidir ainda sobre os resultados da avaliação interna do Agrupamento expressos anualmente através dos resultados dos alunos na frequência das disciplinas, nos exames nacionais e ou provas globais.

Será da competência da equipa de avaliação do PEA avaliar todos os resultados alcançados, identificar os obstáculos e êxitos, combinar estratégias de melhoramento dos resultados e emitir um relatório de avaliação do desenvolvimento do PEA.

8. ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

A conceção de um plano de comunicação da escola, constitui um elemento essencial para dar a conhecer a oferta educativa e formativa, divulgar resultados escolares, promover atividades, projetos e eventos, quer no interior quer no exterior, cujo objetivo é a criação de condições para que todos os membros da comunidade desempenhem o seu papel motivados.

Para uma eficaz apropriação dos conteúdos do Projeto Educativo, a ampla divulgação das suas linhas orientadoras contribui para a mobilização de todos os agentes em torno dos objetivos e metas nele consagrados, devendo a Direção da escola recorrer a meios e estratégias diversificadas de difusão e publicação, de modo a que todos possam consultá-lo, mobilizando-se vontades em torno do grande objetivo que são a concretização das metas nele estabelecidas.

Deste modo, constituem formas de divulgação do Projeto Educativo:

- Sessão de informação aos Coordenadores dos Departamento Curriculares;
- Divulgação aos alunos nas aulas de Cidadania e Desenvolvimento;
- Informação à Associação de Pais e Encarregados de Educação;
- Informação em reuniões gerais de Pessoal docente e não docente;
- Informação em reuniões de Pais / Encarregados de Educação, através dos Diretores/as de Turma e Professores Titulares;
- Página da internet do Agrupamento.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, Jorge Adelino (2003a). *“O projecto educativo da escola e as políticas educativas locais: discursos e práticas”*. 2ª Edição. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (2017). DGE. Lisboa

Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória (2017). MEC/DGE.

AZEVEDO, Rui, Coord. (2011). *Projetos educativos: elaboração, monitorização e avaliação - Guião de apoio*, Agência Nacional para a Qualificação, I.P. (1.ª edição dezembro, 2011). Lisboa.

COSME, Ariana (2018). Autonomia e Flexibilidade Curricular *Propostas e Estratégias de Ação*. 1ª Edição. Porto Editora. Porto.

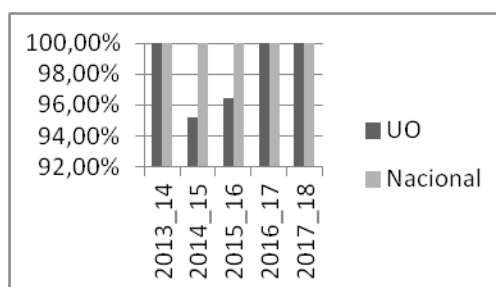
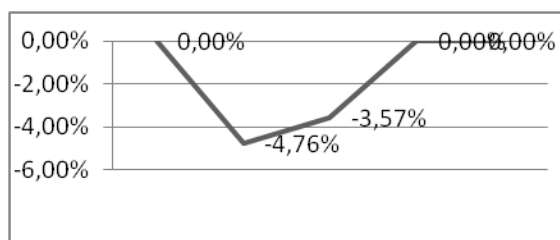
Anexo

Anexo 1 – Resultados Escolares

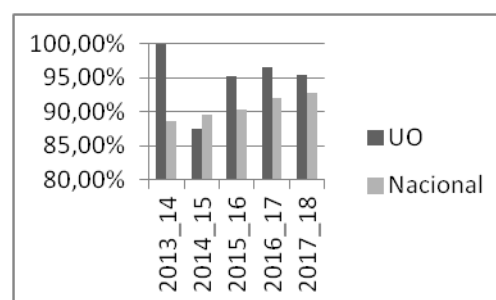
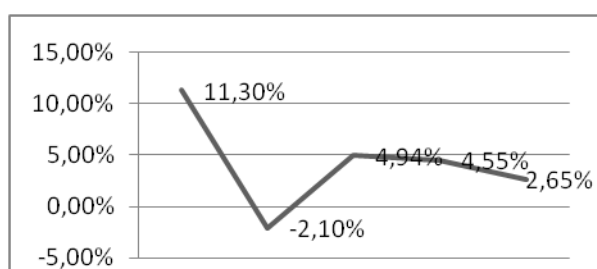


Evolução das taxas de sucesso - 2013-14 a 2017-18 por anos de escolaridade

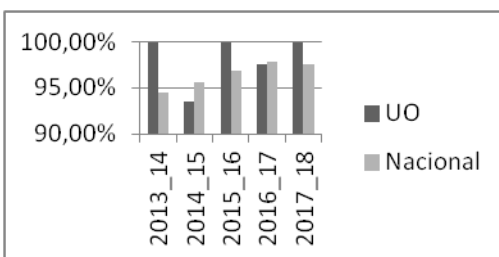
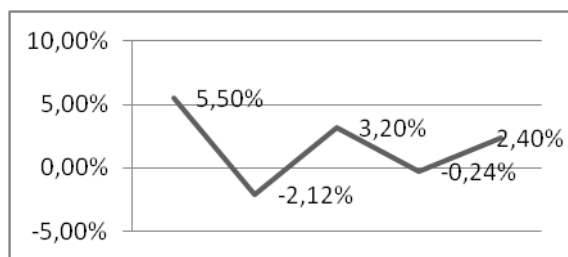
Evolução da taxa de sucesso - 1º ano					
	2013_14	2014_15	2015_16	2016_17	2017_18
UO	100,00%	95,24%	96,43%	100,00%	100,00%
Nacional	100,00%	100%	100%	100,00%	100,00%
Taxa de variação	0,00%	-4,76%	-3,57%	0,00%	0,00%



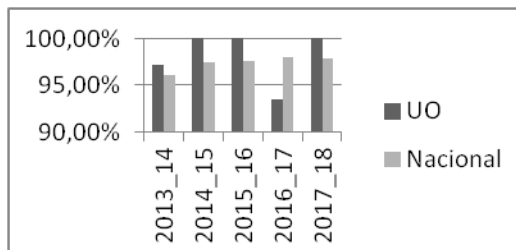
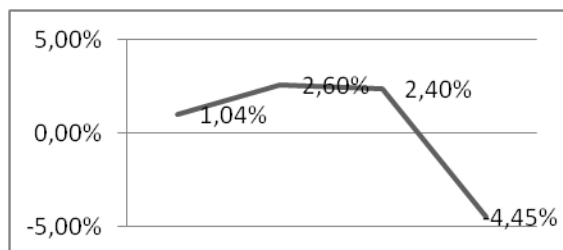
Evolução da taxa de sucesso - 2º ano					
	2013_14	2014_15	2015_16	2016_17	2017_18
UO	100,00%	87,50%	95,24%	96,55%	95,35%
Nacional	88,70%	89,60%	90,30%	92,00%	92,70%
Taxa de variação	11,30%	-2,10%	4,94%	4,55%	2,65%



Evolução da taxa de sucesso - 3º ano					
	2013_14	2014_15	2015_16	2016_17	2017_18
UO	100,00%	93,48%	100%	97,56%	100,00%
Nacional	94,50%	95,60%	96,80%	97,80%	97,60%
Taxa de variação	5,50%	-2,12%	3,20%	-0,24%	2,40%

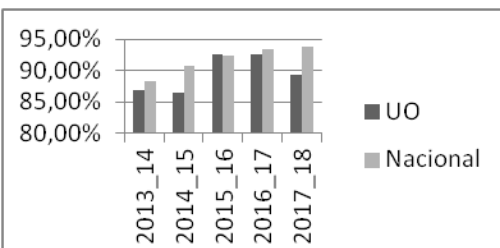
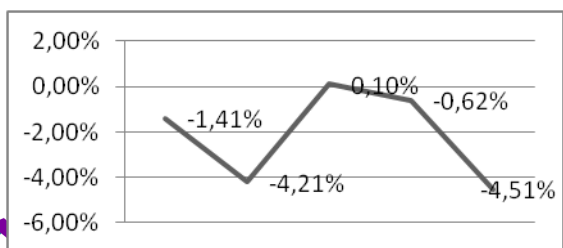


Evolução da taxa de sucesso - 4º ano					
	2013_14	2014_15	2015_16	2016_17	2017_18
UO	97,14%	100%	100%	93,55%	100,00%
Nacional	96,10%	97,40%	97,60%	98,00%	97,90%
Taxa de variação	1,04%	2,60%	2,40%	-4,45%	2,10%

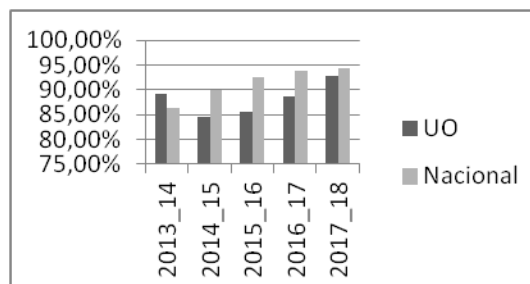
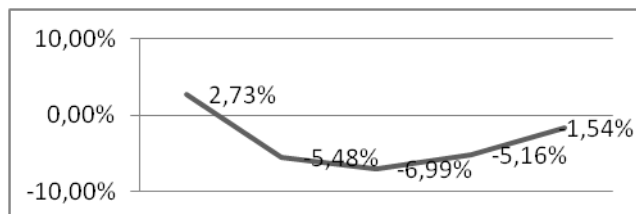


2º Ciclo

Evolução da taxa de sucesso - 5º ano					
	2013_14	2014_15	2015_16	2016_17	2017_18
UO	86,79%	86,49%	92,50%	92,68%	89,29%
Nacional	88,20%	90,70%	92,40%	93,30%	93,80%
Taxa de variação	-1,41%	-4,21%	0,10%	-0,62%	-4,51%

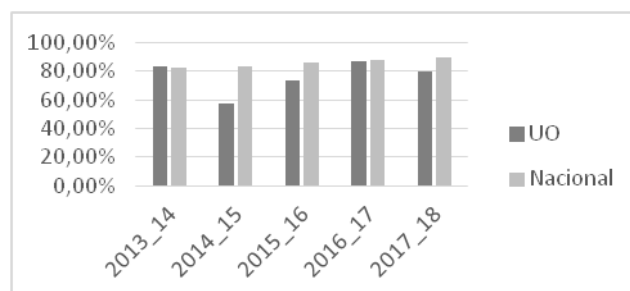
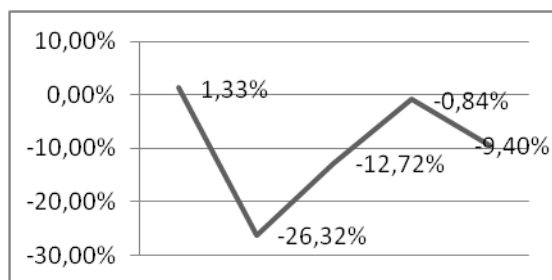


Evolução da taxa de sucesso - 6º ano					
	2013_14	2014_15	2015_16	2016_17	2017_18
UO	89,23%	84,62%	85,71%	88,64%	92,86%
Nacional	86,50%	90,10%	92,70%	93,80%	94,40%
Taxa de variação	2,73%	-5,48%	-6,99%	-5,16%	-1,54%

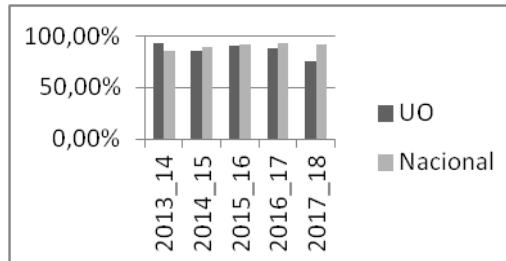
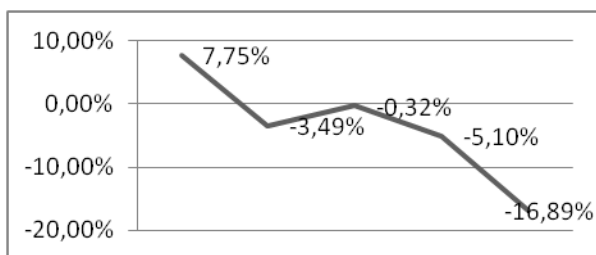


3º Ciclo

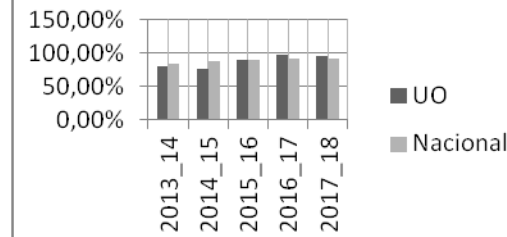
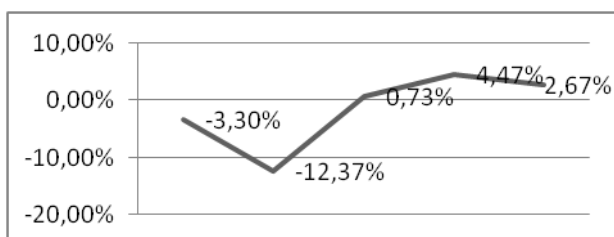
Evolução da taxa de sucesso - 7º ano					
	2013_14	2014_15	2015_16	2016_17	2017_18
UO	83,33%	57,38%	73,68%	86,96%	80,00%
Nacional	82,00%	83,70%	86,40%	87,80%	89,40%
Taxa de variação	1,33%	-26,32%	-12,72%	-0,84%	-9,40%



Evolução da taxa de sucesso - 8º ano					
	2013_14	2014_15	2015_16	2016_17	2017_18
UO	93,75%	85,71%	91,18%	87,80%	75,61%
Nacional	86,00%	89,20%	91,50%	92,90%	92,50%
Taxa de variação	7,75%	-3,49%	-0,32%	-5,10%	-16,89%

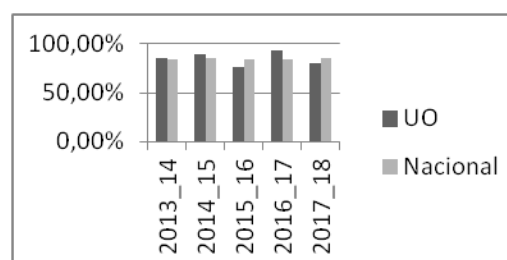
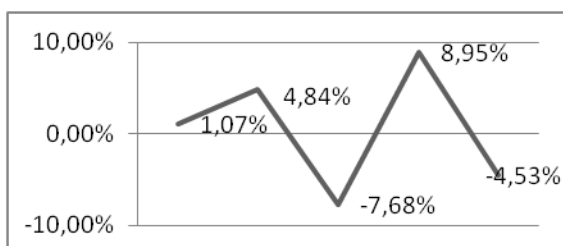


Evolução da taxa de sucesso - 9º ano					
	2013_14	2014_15	2015_16	2016_17	2017_18
UO	80,00%	75,93%	90,63%	96,97%	94,87%
Nacional	83,30%	88,30%	89,90%	92,50%	92,20%
Taxa de variação	-3,30%	-12,37%	0,73%	4,47%	2,67%



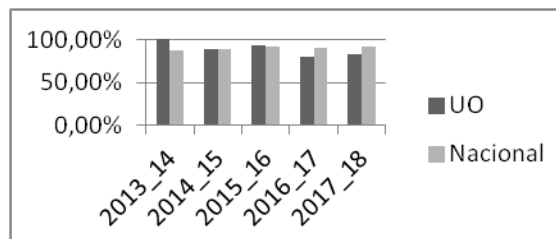
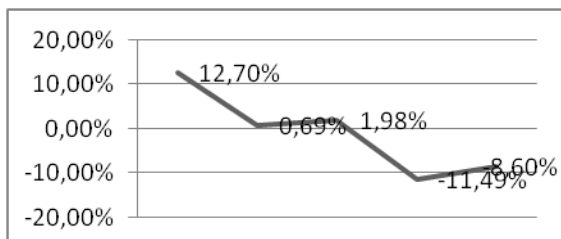
Secundário

Evolução da taxa de sucesso - 10º ano					
	2013_14	2014_15	2015_16	2016_17	2017_18
UO	85,37%	89,74%	76,92%	93,55%	80,77%
Nacional	84,30%	84,90%	84,60%	84,60%	85,30%
Taxa de variação	1,07%	4,84%	-7,68%	8,95%	-4,53%

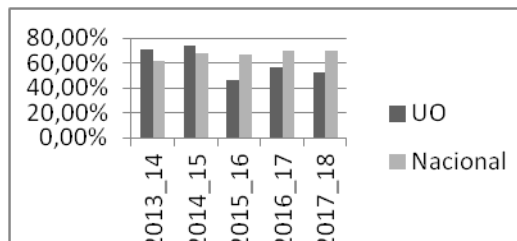
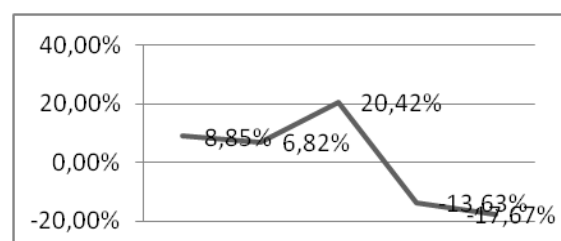


Evolução da taxa de sucesso - 11º ano

	2013_14	2014_15	2015_16	2016_17	2017_18
UO	100,00%	89,19%	93,18%	79,41%	83,30%
Nacional	87,30%	88,50%	91,20%	90,90%	91,90%
Taxa de variação	12,70%	0,69%	1,98%	-11,49%	-8,60%

**Evolução da taxa de sucesso - 12º ano**

	2013_14	2014_15	2015_16	2016_17	2017_18
UO	71,05%	74,42%	46,88%	56,76%	52,63%
Nacional	62,20%	67,60%	67,30%	70,40%	70,30%
Taxa de variação	8,85%	6,82%	20,42%	-13,63%	-17,67%



Anexo

Anexo 2 – Critérios de Avaliação



CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS

Introdução

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, estabelecem-se os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens, modelo orientador de uma avaliação sustentada por uma dimensão formativa, parte integrante do ensino e da aprendizagem, tendo por objetivo central a sua melhoria baseada num processo contínuo de intervenção pedagógica, em que se explicitam, enquanto referenciais, as aprendizagens, os desempenhos esperados e os procedimentos de avaliação (Art.º 22.º, pontos 1 e 2).

Deve constituir-se como um processo regulador do ensino e da aprendizagem, com diversificação de procedimentos e instrumentos de avaliação, orientando o percurso escolar dos alunos e certificando as aprendizagens realizadas, nomeadamente os conhecimentos adquiridos, bem como as capacidades e atitudes desenvolvidas no âmbito das áreas de competências inscritas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Compete ao Conselho Pedagógico, enquanto órgão responsável pela definição e aprovação dos critérios gerais de avaliação, a conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens do currículo dos ensinos básico e secundário, respeitando os princípios orientadores inscritos nos normativos.

Estes critérios integram as normas ou modelos, segundo os quais as aprendizagens dos alunos vão ser avaliadas e constituem referenciais comuns dentro do agrupamento, devendo ser operacionalizados pelos elementos das estruturas intermédias, imprimindo uma dinâmica de sucesso escolar dos alunos no ato educativo.

Os Departamentos deverão elaborar critérios de avaliação específicos para cada disciplina/curso/ano de escolaridade, enunciando os instrumentos de avaliação a utilizar, e o seu peso respetivo na avaliação global, devendo os mesmos ser definidos e divulgados aos alunos.

1. Critérios Gerais de Avaliação

A avaliação incide sobre aprendizagens desenvolvidas pelos alunos, tendo por referência os documentos curriculares em vigor.

A avaliação é um processo contínuo que deve privilegiar a diversidade de estratégias e de procedimentos, técnicas e instrumentos de avaliação, reforçando dinâmicas de avaliação das aprendizagens centrando-as na diversidade de instrumentos que permitem um maior conhecimento da eficácia do trabalho realizado e um acompanhamento ao primeiro sinal de dificuldade nas aprendizagens dos alunos;

Na avaliação do desempenho dos alunos, deve promover-se:

- a coerência e a sequencialidade entre os anos que compõem os ciclos de estudos, articulando-se com o ciclo anterior;
- a devida articulação entre os conteúdos disciplinares e os respetivos objetivos;
- a integração das dimensões teórica e prática dos conhecimentos, através da valorização da aprendizagem experimental;
- a articulação do currículo e da avaliação, assegurando que esta constitua um elemento de referência que reforce a sistematização do que se ensina e do que se aprende;
- o rigor da avaliação, valorizando os resultados escolares e reforçando a avaliação sumativa externa;
- o enriquecimento da aprendizagem através de atividades, em função do projeto educativo;
- as aprendizagens ligadas a componentes do currículo e a transversalidade da educação para a cidadania e da compreensão e expressão em língua portuguesa.
- a implementação de práticas de avaliação multidisciplinar com recurso à execução de trabalhos que requerem a articulação de conhecimentos e competências das várias disciplinas do currículo.

Na avaliação de cada aluno, ter-se-á em linha de conta dois domínios fundamentais:

CONHECIMENTOS/CAPACIDADES e ATITUDES/VALORES

Peso da avaliação a atribuir aos diferentes domínios:

Nível de Ensino	Conhecimentos/ Capacidades	Atitudes/Valores
1º Ciclo	70%	30%
2º Ciclo	80%	20%
3º Ciclo	80%	20%
Ensino Secundário	90%	10%
CEF	60%	40%
EMRC (opção)	80%	20%

Avaliação das disciplinas de oferta complementar e complemento à educação artística:

- a) No 1º Ciclo, as componentes de Cidadania e Desenvolvimento e Tecnologias de Informação e Comunicação não são objeto de avaliação sumativa.
- b) Nas disciplinas de Literacia Digital, Literacia Tecnológica Digital e Património Natural e Cultural, nos 5º e 7º anos, o peso a atribuir ao domínio Conhecimentos/Capacidades será de 50% e ao domínio Atitudes/Valores será de 50%.
- c) Na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, nos 5º e 7ºanos, o peso a atribuir ao domínio Conhecimentos/Capacidades será de 25% e ao domínio Atitudes/Valores será de 75%.
- d) No Ensino Secundário a componente de Cidadania e Desenvolvimento (transversal) não é objeto de avaliação sumativa, sendo a participação nos projetos desenvolvidos neste âmbito registada no certificado do aluno.

2. Modalidades de Avaliação

O processo de avaliação envolve duas modalidades que se complementam e inter-relacionam: avaliação formativa; avaliação sumativa.

2.1 Avaliação formativa

“A avaliação formativa assume caráter contínuo e sistemático, ao serviço das aprendizagens, recorrendo a uma variedade de procedimentos, técnicas e instrumentos de recolha de informação, adequados à diversidade das aprendizagens, aos destinatários e às circunstâncias em que ocorrem.

A informação recolhida com finalidade formativa fundamenta a definição de estratégias de diferenciação pedagógica, de superação de eventuais dificuldades dos alunos, de facilitação da sua integração escolar e de apoio à orientação escolar e vocacional, permitindo aos professores, aos alunos, aos pais e encarregados de educação e a outras pessoas ou entidades legalmente autorizadas obter informação sobre o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem, com vista ao ajustamento de processos e estratégias.” (Art.º 24.º ponto 1 e 2 do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho)

A avaliação formativa é a principal modalidade de avaliação e visa a regulação do ensino e da aprendizagem. A avaliação formativa tem implicações diretas na melhoria das aprendizagens dos alunos e permite ao professor orientar os percursos de aprendizagem, de forma individualizada e adaptada ao ritmo e perfil cognitivo e comportamental de cada aluno. Sustenta-se na informação sobre o desenvolvimento das aprendizagens, de modo a permitir rever e melhorar os processos de trabalho.

2.2 Avaliação sumativa

“A avaliação sumativa traduz-se na formulação de um juízo global sobre as aprendizagens realizadas pelos alunos, tendo como objetivos a classificação e certificação.” (Art. 24.º ponto 3 do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho)

A avaliação sumativa ocorre no final de cada período letivo, de cada ano letivo e de cada ciclo. É da responsabilidade do professor titular de turma (no 1.º ciclo) e do conselho de turma (nos restantes ciclos e ensino secundário), a quem compete operacionalizar os critérios aprovados pelo conselho pedagógico.

3. Níveis, classificações e menções da avaliação sumativa

Direito à participação no processo de avaliação assegurado a todos os alunos

A avaliação sumativa dos alunos, ao abrigo do Decreto-Lei n.º54/2018, de 6 de julho, abrangidos por medidas adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão obedecem ao regime de avaliação das aprendizagens dos alunos dos ensinos básico e secundário e realiza-se nos termos definidos no Relatório Técnico-pedagógico (RTP) e no Programa Educativo Individual (PEI).

Pré-Escolar

A avaliação é feita no final de cada período, sendo sempre uma caracterização descritiva, de acordo com as áreas de conteúdo preconizadas nas orientações curriculares para a educação pré-escolar, utilizando técnicas e instrumentos de observação e de registo diversificados. É um processo contínuo de registo dos progressos realizados pela criança, tendo como referência o perfil de desenvolvimento aprovado pelo departamento da Educação Pré-escolar.

1º Ciclo

No 1.º ciclo, no final de cada período, a avaliação expressa-se na atribuição de uma menção qualitativa de *Muito Bom*, *Bom*, *Suficiente* e *Insuficiente*, em todas as disciplinas, sendo acompanhada de uma síntese descritiva.

2º e 3º Ciclos

Nos 2.º e 3.º ciclos, a avaliação expressa-se numa escala de 1 a 5.

Ensino secundário - cursos científico-humanísticos

No ensino secundário, cursos científico-humanísticos, a avaliação é expressa numa escala de 0 a 20 valores.

4. Provas de Avaliação – 2º e 3º Ciclos e Ensino Secundário

Procedimentos/ Metodologias

1. No início de cada período letivo, os alunos deverão ser informados, pelo professor de cada disciplina, sobre as datas de realização das provas escritas e/ou práticas de avaliação, devendo as mesmas ser registadas pelo professor, no espaço para o efeito dos Sumários Digitais.
2. Só a título excecional poderá realizar-se mais do que uma prova escrita e/ou prática no mesmo dia.
3. Apenas por motivos de força maior poderão ser realizadas provas e/ou práticas de avaliação nos últimos 3 dias de aulas de cada período letivo.
4. Deverão ser entregues as provas escritas de avaliação, devidamente corrigidas e classificadas, sendo obrigatória a sua entrega no horário normal da turma e em sala de aula.
5. Os professores deverão proceder à apresentação, perante os alunos, da correção das provas escritas de avaliação, de forma oral ou por escrito. Sempre que possível, o professor deverá orientar os alunos, com vista à realização de atividades de remediação.
6. As provas escritas de avaliação, depois de classificadas, deverão ser rubricadas pelo encarregado de educação do aluno, como forma deste confirmar a tomada de conhecimento, sendo desejável que os professores verifiquem o cumprimento desta norma, no que diz respeito aos 1º, 2º e 3º Ciclos.
7. Os resultados de todos os instrumentos de avaliação devem ser dados a conhecer aos alunos antes do final das atividades letivas do período em questão.
8. Ao longo do ano letivo, nomeadamente no final de cada período, devem ser promovidos com os alunos momentos de reflexão e de autoavaliação em todas as áreas disciplinares.
9. Todos os docentes deverão entregar ao Diretor de Turma, pelo menos uma vez por período, uma informação intercalar da avaliação dos alunos.
10. A avaliação das aprendizagens nas disciplinas de Cidadania e Desenvolvimento e de Património Natural e Cultural deverá considerar o impacto da participação dos alunos nas atividades realizadas na escola e na comunidade, e demonstrado através de evidências recolhidas e organizadas nos portfólios organizados por cada aluno/turma. Estes portfólios constituirão o instrumento de avaliação a privilegiar, não havendo lugar para a realização de provas escritas de avaliação.

Terminologia

1. As provas escritas e/ou práticas de avaliação devem ser classificadas através de uma menção qualitativa, seguida da indicação quantitativa acrescentada até às décimas e de acordo com a seguinte tabela:

1º Ciclo do Ensino Básico
Insuficiente – de 0% a 49%
Suficiente – de 50% a 69%
Bom – de 70% a 89%
Muito Bom – de 90% a 100%

Ensino Secundário	2º e 3º Ciclos do Ensino Básico
Mau – de 0 a 4,4 valores	De 0% a 19%
Insuficiente – de 4,5 a 9,4 valores	De 20% a 49%
Suficiente – de 9,5 a 13,4 valores	De 50% a 69%
Bom – de 13,5 a 17,4 valores	De 70% a 89%
Muito Bom – de 17,5 a 20 valores	De 90% a 100%

Disposições Finais

1. Cada Diretor de Turma/ Professor Titular deverá informar os alunos, no início do ano letivo, sobre os critérios gerais de avaliação.
2. Os encarregados de educação deverão igualmente ser informados dos mesmos, pelo Diretor de Turma/ Professor Titular, na primeira reunião do ano letivo.
3. Cada docente deverá informar os alunos sobre os critérios específicos da sua disciplina.
4. Os Critérios Gerais de Avaliação serão cumpridos por todos os departamentos curriculares e, depois de aprovados, entrarão em vigor no ano letivo 2018/2019, podendo ser revistos anualmente, mas sempre antes do início do ano letivo.
5. Os Critérios Gerais de Avaliação deverão ser do conhecimento de todos os intervenientes no processo de avaliação: professores, alunos e encarregados de educação e deverão ser publicitados na página do Agrupamento/Plataforma Moodle.
6. Os casos omissos serão objeto de resolução por parte do Diretor, ouvido, sempre que possível, o Conselho Pedagógico.

O «Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória», estruturado em princípios, visão, valores e áreas de competências, constitui a matriz comum para todas as escolas, ofertas e modalidades educativas e formativas no âmbito da escolaridade obrigatória, designadamente ao nível curricular, contribuindo para a convergência e a articulação das decisões inerentes às várias dimensões do desenvolvimento curricular: o planeamento e a realização do ensino e da aprendizagem, bem como a avaliação interna e externa das aprendizagens dos alunos.

Aprovado em Conselho Pedagógico de 17 de outubro de 2018

Departamento Curricular de Educação Pré-Escolar

Critérios de Avaliação

A avaliação é um elemento integrante e regulador da prática educativa que pressupõe princípios e procedimentos adequados à especificidade de cada nível de educação ou de ensino.

“O termo “avaliar”, no seu sentido etimológico, remete para a atribuição de um valor, por isso, a avaliação é muitas vezes entendida como a classificação da aprendizagem, sendo que algumas perspetivas teóricas a descrevem como a realização de juízos de valor. Articulando estas conceções com a definição de avaliação apresentada, considera-se que a educação pré-escolar não envolve nem a classificação da aprendizagem da criança, nem o juízo de valor sobre a sua maneira de ser, centrando-se na documentação do processo e na descrição da sua aprendizagem, de modo a valorizar as suas formas de aprender e os seus progressos.

Avaliar os progressos das crianças consiste em comparar cada uma consigo própria para situar a evolução da sua aprendizagem ao longo do tempo. Refletir sobre esses progressos e o valor que atribui às experiências de aprendizagem das crianças....”

(...)

“A avaliação na educação pré-escolar é reinvestida na ação educativa, sendo uma avaliação *para* a aprendizagem e não *da* aprendizagem. É, assim, uma avaliação formativa por vezes também designada como “formadora”, pois refere-se a uma construção participada de sentido, que é, simultaneamente, uma estratégia de formação das crianças, do/a educador/a e, ainda, de outros intervenientes no processo educativo.”

In Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar-2016

A diversidade de técnicas e instrumentos de observação e registo diversificados utilizados na recolha de informação permite, ao educador “ver” a criança sob vários ângulos de modo a poder acompanhar a evolução das suas aprendizagens, ao mesmo tempo que vai fornecendo elementos concretos para a reflexão e adequação da sua intervenção educativa. Neste sentido os instrumentos de avaliação devem ser adaptados para responder às necessidades individuais das crianças.

Considerando que a avaliação é realizada em contexto, qualquer momento de interação, qualquer tarefa realizada pode permitir ao educador a recolha de informação sobre a criança e o grupo, tendo como

finalidade registar evidências das aprendizagens realizadas pelas crianças que permitam documentar os seus progressos, acompanhar a sua evolução e simultaneamente recolher elementos concretos para a reflexão e adequação da sua intervenção educativa.

in Circular nº.: 4 /DGIDC/DSDC/2011

- Modalidades de Avaliação:
 - Avaliação Diagnóstica
 - Avaliação Formativa
 - Avaliação Final

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	INSTRUMENTOS A UTILIZAR	INTERVENIENTES
Autonomia e socialização; Participação e iniciativa nas atividades; Capacidade de observação; Interesse, motivação e autoconfiança; Capacidade de organização, nomeadamente: lógica, temporal, espacial; Capacidade de concentração; Capacidade de comunicação: construção frásica, reformulação/explicação; Criatividade, raciocínio e espírito crítico; Grau de responsabilidade pessoal; Entreaajuda e respeito pelos valores sociais e de cidadania; Assiduidade e pontualidade.	De acordo com as suas concepções e opções pedagógicas, cada educador utiliza técnicas e instrumentos de observação e registo diversificados, tais como: Observação direta/ Registo sistemático das crianças; Participação ativa na atividade; Trabalhos escritos/ fichas formativas; Trabalho de pares e em grupo; Análise dos trabalhos efetuados pelas crianças; Auto e hétero avaliação produzida pelas crianças; Contactos com pais e encarregados de educação; Reuniões ao longo do ano, periódicas e sempre que se justifique; Dossiê individual das crianças; Fichas/Grelhas de avaliação; Fichas de monitorização; Empenho e realização das tarefas propostas na sala de aula; Cumprimento das regras da sala de aula; Responsabilização e autonomia das crianças; Relatórios de avaliação de outros técnicos de serviços especializados de apoio educativo.	Crianças Educadores Encarregados de Educação Técnicos de Serviços Especializados de Apoio Educativo

Dimensões a avaliar

A avaliação, enquanto processo contínuo de registo dos progressos realizados pela criança, ao longo do tempo, utiliza procedimentos de natureza descritiva e narrativa, centrados sobre o modo como a criança aprende, como processa a informação, como constrói conhecimento ou resolve problemas. Os procedimentos de avaliação devem ter em consideração a idade e as características desenvolvimentais das crianças, assim como a articulação entre as diferentes áreas de conteúdo, no pressuposto de que a criança é sujeito da sua própria aprendizagem.

ÁREAS DE CONTEÚDO		DOMÍNIOS
Área da Formação Pessoal e Social:		Identidade/autoestima/autonomia; Cooperação; Convivência democrática/cidadania.
Linguagem Oral e Abordagem à Escrita		Consciência fonológica; Reconhecimento e escrita de palavras; Conhecimento das convenções gráficas; Compreensão de discursos orais e interação verbal.
Matemática		Números e operações; Geometria e medida; Organização e tratamento de dados.
Área das Expressões	Expressão Plástica	Desenvolvimento da capacidade de expressão e comunicação; Compreensão das artes em contexto; Apropriação da linguagem elementar das artes; Desenvolvimento da criatividade.
	Expressão Dramática/Teatro	Desenvolvimento da capacidade de expressão e comunicação; Desenvolvimento da criatividade; Compreensão das artes em contexto; Apropriação da linguagem elementar da expressão dramática.
	Expressão Musical/Dança	Interpretação e comunicação; Criação e experimentação; Perceção sonora e musical; Culturas musicais no contexto; Fruição e contemplação.
	Expressão Motora	Deslocamentos e equilíbrios; Perícias e manipulações; Jogos.
Área do Conhecimento do Mundo		Localização no espaço e no tempo; Conhecimento do ambiente natural e social; Dinamismo das interpelações natural/social.
Tecnologias de Informação e Comunicação		Informação/comunicação; Produção; Segurança.

Nota: Na educação pré-escolar a avaliação é descritiva e visa proporcionar uma informação das aprendizagens mais significativas das crianças, realçando os eu percurso e evolução. A avaliação é global e qualitativa , incidindo nas intencionalidades pedagógicas.

**CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DE AVALIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DO 1º CICLO
ANO LETIVO 2018/2019**

GRUPOS/DISCIPLINAS	ATITUDES E VALORES	CONHECIMENTOS E CAPACIDADES
Grupo 110	30%	70%

**CRITÉRIOS ESPECÍFICOS DE AVALIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS
ANO LETIVO 2018/2019**

DISCIPLINAS	ATITUDES E VALORES	CONHECIMENTOS E CAPACIDADES
Português 2º Ciclo	20%	80%
Português 3º Ciclo	20%	80%
Português Secundário	10%	90%
Inglês 1º Ciclo	30%	70%
Inglês 2º Ciclo	20%	80%
Inglês 3º Ciclo	20%	80%
Inglês Secundário	10%	90%
Francês 3º Ciclo	20%	80%
Francês Secundário	10%	90%

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EXPRESSÕES



Ano letivo 2018/2019

GRUPOS/ DISCIPLINAS	DIMENSÕES					
	ATITUDES E VALORES				CONHECIMENTOS E CAPACIDADES	
	Empenho	Responsabilidade	Autonomia	Relações interpessoais	Conhecimentos	Capacidades
EDUCAÇÃO VISUAL (2º e 3º ciclos)	20%				20%	60%
EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA (2º ciclo)	20%				20%	60%
EDUCAÇÃO MUSICAL (2º ciclo)	20%				20%	60%
EDUCAÇÃO FÍSICA (2º e 3º ciclos)	20%				15%	50% 15%
EDUCAÇÃO FÍSICA (Secundário)	10%				20%	50% 20%
EDUCAÇÃO FÍSICA (CEF)	40%				10%	40% 10%
EDUCAÇÃO FÍSICA (Atestado Médico)*(2º/3º ciclos)	20%				80%	0% 0%
EDUCAÇÃO FÍSICA (Atestado Médico)*(Secundário)	10%				90%	0% 0%
EDUCAÇÃO FÍSICA (CEF) (Atestado Médico)*	40%				60%	0% 0%
Instrumentos de avaliação	Ficha de registo diário				Observação direta, testes teóricos, testes práticos, participação oral, trabalhos de pesquisa, apresentação de trabalhos, relatórios, exercícios critério, jogo, ...	

*Critérios aplicáveis quando o atestado médico ultrapassa um terço das aulas dadas.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS DA NATUREZA E TECNOLOGIAS



Ano letivo 2018/2019

DISCIPLINAS	ATITUDES E VALORES	CONHECIMENTOS E CAPACIDADES
Matemática – 5º e 6º anos	20%	80%
Matemática - 7º, 8º e 9º anos	20%	80%
Matemática A – 10º, 11º e 12º anos	10%	90%
Ciências Naturais – 5º e 6º anos	20%	80%
Ciências Naturais – 7º, 8º e 9º anos	20%	80%
Biologia e Geologia – 10º e 11º anos	10%	90%
Biologia – 12º ano	10%	90%
Físico-Química – 7º, 8º e 9º anos	20%	80%
Física e Química A – 10º e 11º anos	10%	90%
TIC – 5º, 7º e 8º anos	20%	80%
Literacia Digital – 5º ano	50%	50%
Literacia Tecnológica Digital – 7º ano	50%	50%

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
Ano letivo 2018/2019

DISCIPLINAS	ATITUDES E VALORES	CONHECIMENTOS E CAPACIDADES
História e Geografia de Portugal – 5º e 6º anos	20%	80%
Educação Moral Religiosa Católica	20%	80%
Cidadania e Desenvolvimento – 5º e 7º anos	75%	25%
Património Natural e Cultural – 5º ano	50%	50%
Geografia – 3º ciclo	20%	80%
História – 3º ciclo	20%	80%
Ed. Tecnológica – 3º ciclo	20%	80%
Geografia C	10%	90%
Geografia A	10%	90%
História A	10%	90%
Filosofia	10%	90%
Psicologia B	10%	90%

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ENSINO ESPECIAL
Ano letivo 2018/2019

DISCIPLINAS	ATITUDES E VALORES	CONHECIMENTOS E CAPACIDADES
Medidas Adicionais	20%	80%

Anexo

Anexo 3 – Matrizes Curriculares



Oferta Formativa

Decreto-Lei n.º 176/2014 de 12 de dezembro
Diário da República, 1.ª série — N.º 240 — 12 de dezembro de 2014

Ensino Básico — 1.º ciclo

No âmbito da sua autonomia, as escolas têm liberdade de organizar os tempos letivos na unidade que considerem mais conveniente desde que respeitem as cargas horárias semanais constantes do quadro infra. Os tempos apresentados correspondem aos tempos mínimos por área disciplinar e disciplinas, pelo que não podem ser aplicados apenas os mínimos, em simultâneo, em todas as disciplinas. O tempo a cumprir é realizado pelo somatório dos tempos alocados às diversas disciplinas, podendo ser feitos ajustes de compensação entre semanas:

Componentes do currículo	Carga Horária Semanal (horas)			
	1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano
Português	8	8	8	8
Matemática	8	8	8	8
Inglês	-	-	2	2
Estudo do Meio	3	3	3	3
Expressões Artísticas e Físico-Motoras	3	3	3	3
Apoio ao Estudo (a)	2	2	2	2
Oferta Complementar (b)	1	1	1	1
<i>Horas a cumprir</i>	25 (22,5-25)	25 (22,5-25)	27 (24,5-27)	27 (24,5-27)
Atividades de Enriquecimento Curricular (c)	5	5	3	3
Educação Moral e Religiosa (d)	1	1	1	1

(a) Apoio aos alunos na criação de métodos de estudo e de trabalho, visando prioritariamente o reforço do apoio nas disciplinas de Português e de Matemática, de acordo com o n.º 1 do artigo 13.º

(b) Atividades a desenvolver em articulação, integrando ações que promovam, de forma transversal, a educação para a cidadania e componentes de trabalho com as tecnologias de informação e de comunicação, de acordo com o n.º 2 do artigo 12.º

(c) Atividade de carácter facultativo, nos termos do artigo 14.º No caso de estas atividades serem oferecidas por entidade exterior à escola, o que carece sempre de contratualização, é necessária confirmação explícita do Ministério da Educação e Ciência para que a sua duração exceda 3 horas nos 3.º e 4.º anos e 5 horas nos 1.º e 2.º anos de escolaridade.

(d) Disciplina de frequência facultativa, nos termos do artigo 19.º

Oferta Formativa

Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho
Diário da República, 1.ª série — N.º 129 — 6 de julho de 2018

Ensino Básico — 1.º ciclo (a)

Tomando por referência a matriz curricular-base e as opções relativas à autonomia e flexibilidade curricular, as escolas organizam o trabalho de integração e articulação curricular com vista ao desenvolvimento do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. As escolas organizam os tempos letivos na unidade que considerem mais adequada.

Componentes do currículo			Carga Horária Semanal (b) (horas)			
			1.º ano	2.º ano	3.º ano	4.º ano
Português	Cidadania e Desenvolvimento (f)	TIC (f)	7	7		
Matemática			7	7		
Inglês			-	-		
Estudo do Meio			3	3		
Educação Artística (c) (Artes Visuais, Expressão Dramática/Teatro, Dança e Música)			2	2		
Educação Física (c)			3	3		
Apoio ao Estudo (d)			2	2		
Oferta Complementar (e) – Ensino Experimental da Ciência			1	1		
Horas a cumprir (g)			25	25		
Educação Moral e Religiosa (h)			1	1		
Atividades de Enriquecimento Curricular (a)			5	5		

(a) Este ciclo de ensino integra, nos quatro anos de escolaridade, a oferta obrigatória de Atividades de Enriquecimento Curricular, de frequência facultativa, com uma carga horária semanal de cinco horas, a desenvolver no ensino básico, com natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural.

(b) A carga horária semanal indicada constitui uma referência para cada componente de currículo.

(c) É dada a possibilidade à escola de prever coadjuvações na Educação Artística e na Educação Física, sempre que adequado, privilegiando, para o efeito, os recursos humanos disponíveis.

(d) O Apoio ao Estudo constitui um suporte às aprendizagens, assente numa metodologia de integração de várias componentes de currículo, privilegiando a pesquisa, o tratamento e a seleção de informação.

(e) A(s) nova(s) componente(s), criada(s) pela escola no tempo destinado à Oferta Complementar, apresenta(m) identidade e documentos curriculares próprios.

(f) Áreas de integração curricular transversal, potenciadas pela dimensão globalizante do ensino neste ciclo.

(g) Cada escola gere, no âmbito da sua autonomia, os tempos constantes da matriz, para que o total da componente letiva incorpore o tempo inerente ao intervalo entre as atividades letivas com exceção do período de almoço.

(h) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa.

Oferta Formativa

Decreto-Lei n.º 139/2012 de 5 de julho
Diário da República, 1.ª série — N.º 129 — 5 de julho de 2012

Ensino Básico — 2.º ciclo

No âmbito da sua autonomia, as escolas têm liberdade de organizar os tempos letivos na unidade que considerem mais conveniente desde que respeitem as cargas horárias semanais constantes do quadro infra. Os tempos apresentados correspondem aos tempos mínimos por área disciplinar e disciplinas, pelo que não podem ser aplicados apenas os mínimos, em simultâneo, em todas as disciplinas. O tempo a cumprir é realizado pelo somatório dos tempos alocados às diversas disciplinas, podendo ser feitos ajustes de compensação entre semanas:

Componentes do currículo		Carga Horária Semanal (a) (x 45 minutos)		
		5.º ano	6.º ano	total do ciclo
Áreas disciplinares	Línguas e Estudos Sociais	(b) 500	(b) 500	1 000
	Português	6	6	12
	Inglês	3	3	6
	História e Geografia de Portugal	3	3	6
	Matemática e Ciências	(c) 350	(c) 350	700
	Matemática	6	6	12
	Ciências Naturais	3	3	6
	Educação Artística e Tecnológica	(d) 270	(d) 270	540
	Educação Visual	2	2	4
	Educação Tecnológica	2	2	4
	Educação Musical	2	2	4
	Educação Física	3	3	3
Educação Moral e Religiosa (e)		(45)	(45)	(90)
<i>Tempo a cumprir</i>		30	30	60
Apoio ao Estudo (g)		5	5	10
Português		2	2	4
Matemática		2	2	4
Inglês		1	1	2

(a) Carga letiva semanal em minutos, referente a tempo útil de aula, ficando ao critério de cada escola a distribuição dos tempos pelas diferentes disciplinas de cada área disciplinar, dentro dos limites estabelecidos — mínimo por área disciplinar e total por ano ou ciclo.

(b) Do total da carga, no mínimo, 250 minutos para Português.

(c) Do total da carga, no mínimo, 250 minutos para Matemática.

(d) Do total da carga, no mínimo, 90 minutos para Educação Visual.

(e) Disciplina de frequência facultativa, nos termos do artigo 15.º, parte final, com carga fixa de 45 minutos.

(f) Frequência obrigatória para os alunos, desde que criada pela escola, em função da gestão do crédito letivo disponível, nos termos do artigo 12.º.

(g) Oferta obrigatória para a escola, de frequência facultativa para os alunos, sendo obrigatória por indicação do conselho de turma e obtido o acordo dos encarregados de educação, nos termos do artigo 13.º.

Se da distribuição das cargas em tempos letivos semanais resultar uma carga horária total inferior ao tempo a cumprir, o tempo sobranete é utilizado no reforço de atividades letivas da turma.

Oferta Formativa

Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho
Diário da República, 1.ª série — N.º 129 — 6 de julho de 2018

Ensino Básico — 2.º ciclo

Tomando por referência a matriz curricular-base e as opções relativas à autonomia e flexibilidade curricular, as escolas organizam o trabalho de integração e articulação curricular com vista ao desenvolvimento do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. As escolas organizam os tempos letivos na unidade que considerem mais adequada.

Componentes do currículo b)		Carga Horária Semanal (a) (x 45 minutos)		
		5.º ano	6.º ano	total do ciclo
Áreas disciplinares/ Disciplinas	Línguas e Estudos Sociais	525⁽⁵⁴⁰⁾	525⁽⁵⁴⁰⁾	1 050⁽¹⁰⁸⁰⁾
	Português	5	5	10
	Inglês	3	3	6
	História e Geografia de Portugal	3	3	6
	Cidadania e Desenvolvimento	1	1	2
	Matemática e Ciências	350⁽³⁶⁰⁾	350⁽³⁶⁰⁾	700⁽⁷²⁰⁾
	Matemática	5	5	10
	Ciências Naturais	3	3	6
	Educação Artística e Tecnológica	325⁽³¹⁵⁾	325⁽³¹⁵⁾	650⁽⁶³⁰⁾
	Educação Visual	2	2	4
	Educação Tecnológica	2	2	4
	Educação Musical	2	2	4
	Tecnologias de Informação e Comunicação	1	1	2
	Educação Física	150⁽¹³⁵⁾	150⁽¹³⁵⁾	300⁽²⁷⁰⁾
Educação Moral e Religiosa (c)		1	1	2
<i>Tempo a cumprir</i>		30-31 1350 (1395)	30-31 1350 (1395)	60-62 2700 (2790)
Oferta complementar (d) – Literacia Tecnológica Digital		(d) 1	(d) 1	2
Apoio ao Estudo (e)		2	2	4
Português		1	1	2
Matemática		1	1	2
Complemento à Educação Artística e Tecnológica (f)		2*	2	4
Património Natural e Cultural				
<i>Tempo a cumprir</i>		1575 (1620)	1575 (1620)	3150 (3240)

(a) A carga horária semanal indicada constitui uma referência para cada componente de currículo.

(b) A organização do funcionamento das disciplinas pode ocorrer de um modo trimestral, semestral, ou outro, de acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 19.º.

(c) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa, com um tempo letivo, nunca inferior a 45 minutos, a organizar na unidade definida pela escola.

(d) Componente destinada à criação de nova(s) disciplina(s) para enriquecimento do currículo, através da utilização do conjunto de horas de crédito. Disciplina(s) de oferta facultativa, mas de frequência obrigatória quando exista(m).

(e) Componente de apoio às aprendizagens cuja oferta é objeto de decisão da escola, bem como a sua organização, o tempo que lhe é destinado e as regras de frequência.

(f) Componente que possibilita a frequência de outros domínios da área artística, ao longo do ciclo, cuja oferta é objeto de decisão da escola, bem como a sua organização, o tempo que lhe é destinado e as regras de frequência, privilegiando, para o efeito, os recursos humanos disponíveis, através da utilização do conjunto de horas de crédito.

* Tempo letivo retirado do crédito de escola.

Oferta Formativa

Decreto-Lei n.º 139/2012 de 5 de julho
Diário da República, 1.ª série — N.º 129 — 5 de julho de 2012

Ensino Básico — 3.º ciclo

No âmbito da sua autonomia, as escolas têm liberdade de organizar os tempos letivos na unidade que considerem mais conveniente desde que respeitem as cargas horárias semanais constantes do quadro infra. Os tempos apresentados correspondem aos tempos mínimos por área disciplinar e disciplinas, pelo que não podem ser aplicados apenas os mínimos, em simultâneo, em todas as disciplinas. O tempo a cumprir é realizado pelo somatório dos tempos alocados às diversas disciplinas, podendo ser feitos ajustes de compensação entre semanas:

A presente matriz curricular apresenta, para referência e para efeito exemplificativo, a carga horária semanal organizada em períodos de 45 minutos, assumindo a sua distribuição semanal e por anos de escolaridade um caráter indicativo para as escolas:

Componentes do currículo		Carga Horária Semanal (a) (x 45 minutos)			
		7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total do ciclo
Áreas disciplinares	Português	5	5	5	16
	Línguas Estrangeiras	6	5	5	16
	Inglês	3	2	3	8
	Língua Estrangeira II: Francês	3	3	2	8
	Ciências Humanas e Sociais	5	5	6	16
	História	2	3	3	8
	Geografia	3	2	3	8
	Matemática	5	5	5	16
	Ciências Físicas e Naturais	6	6	6	18
	Ciências Naturais	3	3	3	9
	Físico-Química	3	3	3	9
	Expressões e Tecnologias	(b) 4	(b) 4	3	11
	Educação Visual	2	2	3	7
	TIC	1	1	-	-
	Oferta de Escola: Educ. Tecnológica(c)	1	1	-	-
	Educação Física	3	3	3	9
Educação Moral e Religiosa (d)		(1)	(1)	(1)	(3)
<i>Tempo a cumprir</i>		34 (35)	33 (34)	33 (34)	102 (105)
Oferta complementar		- (e)	- (e)	- (e)	- (e)

(a) Carga letiva semanal em minutos, referente a tempo útil de aula, ficando ao critério de cada escola a distribuição dos tempos pelas diferentes disciplinas de cada área disciplinar, dentro dos limites estabelecidos — mínimo por área disciplinar e total por ano ou ciclo.

(b) Do total da carga, no mínimo, 2 x 45 minutos para Educação Visual.

(c) Nos termos do disposto no artigo 11.º.

(d) Disciplina de frequência facultativa, nos termos do artigo 15.º, parte final, com carga fixa de 1 x 45 minutos.

(e) Frequência obrigatória para os alunos, desde que criada pela escola, em função da gestão do crédito letivo disponível, nos termos do artigo 12.º.

* Tempo letivo retirado do crédito de escola.

Oferta Formativa

Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho
Diário da República, 1.ª série — N.º 129 — 6 de julho de 2018

Ensino Básico — 3.º ciclo

Tomando por referência a matriz curricular-base e as opções relativas à autonomia e flexibilidade curricular, as escolas organizam o trabalho de integração e articulação curricular com vista ao desenvolvimento do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. As escolas organizam os tempos letivos na unidade que considerem mais adequada.

Componentes do currículo (b)		Carga Horária Semanal (a) (x 45 minutos)			
		7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total do ciclo
Áreas disciplinares/ Disciplinas	Português	5 ⁽²⁰⁰⁾			
	Línguas Estrangeiras	5 ⁽²⁵⁰⁾			
	Inglês	3			
	Língua Estrangeira II: Francês	2			
	Ciências Humanas e Sociais	6 ⁽²⁷⁵⁾			
	História	2			
	Geografia	3			
	Cidadania e Desenvolvimento	1			
	Matemática	5 ⁽²⁰⁰⁾			
	Ciências Físico-Naturais	5 ⁽²⁵⁰⁾			
	Ciências Naturais	2			
	Físico-Química	3			
	Educação Artística e Tecnológica	4 ⁽¹⁷⁵⁾			
	Educação Visual	2			
	Complemento à Educação Artística: Educ. Tecnológica(c) TIC	1 1			
	Educação Física	3 ⁽¹⁵⁰⁾			
Educação Moral e Religiosa (d)		1			
Tempo a cumprir		33-34 1485 1500			
Oferta complementar – Literacia Digital (e)		1 *			

(a)A carga horária semanal indicada constitui uma referência para cada componente de currículo.

(b)A organização do funcionamento das disciplinas pode ocorrer de um modo trimestral ou semestral, ou outra, de acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 19.º.

(c)Oferta de Educação Tecnológica e ou de outra na área artística, privilegiando, para o efeito, os recursos humanos disponíveis.

(d)Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa, com um tempo letivo, nunca inferior a 45 minutos.

(e)Componente destinada à criação de nova(s) disciplina(s) para enriquecimento do currículo, com recurso ao conjunto de horas de crédito. A(s) nova(s) disciplina(s), criada(s) pela escola no tempo destinado à Oferta Complementar, apresenta(m) identidade e documentos curriculares próprios. Disciplina(s) de oferta facultativa, mas de frequência obrigatória quando exista(m).

* Tempo letivo retirado do crédito de escola.

Plano Curricular - CEF Tipo II - Bombeiro- 2018/2020

Componentes de Formação	Disciplinas	2018/2019 - 1ºAno					2019/2020 - 2º Ano					Total Horas	Total Tempos (45min)
		Horas/ Ano	Tempos/Ano (45min)	Horas/ Semana	Tempos/ semana (45 min)	Tempos/Final (45min)	Horas/ Ano	Tempos/ Ano (45min)	Horas/ Semana	Tempos/ semana (45min)	Tempos/Final (45 min)		
Sociocultural	Língua Portuguesa	106	141	3,12	4,16	4	86	115	2,87	3,82	4	192	256
	Inglês	106	141	3,12	4,16	4	86	115	2,87	3,82	4	192	256
	CMA	106	141	3,12	4,16	4	86	115	2,87	3,82	4	192	256
	TIC	46	61	1,35	1,80	2	50	67	1,67	2,22	2	96	128
	HSST	30	40	0,88	1,18	1	0	0	0,00	0,00	0	30	40
	Educação Física	50	67	1,47	1,96	2	46	61	1,53	2,04	2	96	128
	Subtotal	444	592	13,06	17,41	17	354	472	11,80	15,73	16	798	1064
Científica	Matemática Aplicada	115	153	3,38	4,51	5	95	127	3,17	4,22	4	210	280
	Físico Química	73	97	2,15	2,86	3	50	67	1,67	2,22	2	123	164
	Subtotal	188	251	5,53	7,37	8	145	193	4,83	6,44	6	333	444
Tecnológica	Tecnologias de base	150	200	4,41	5,88	6	100	133	3,33	4,44	4	250	333
	Técnicas de extinção a incêndios	150	200	4,41	5,88	6	150	200	5,00	6,67	7	300	400
	Técnicas de socorro e salvamento	100	133	2,94	3,92	4	150	200	5,00	6,67	7	250	333
	Subtotal	400	533	11,76	15,69	16	400	533	13,33	17,78	18	800	1067
	Estágio Contexto Trab.	0	0		0,00		210	280				210	280
	TOTAL	1032	1376	30,35	40,47	41	1109	1479		39,95	40	2141	2855

Notas:

1- No 1º ano foram contabilizadas 34 semanas

2- No 2º ano foram contabilizadas 30 semanas

3- De acordo com a Orientação Técnica nº3/2016 da ANQEP, "O total do ciclo de formação por componente constante nas matrizes curriculares das diferentes tipologias são as cargas mínimas que devem ser lecionadas (Artigo 5º do Despacho- Conjunto nº453/2004- horas de referência), as quais sempre que possível podem ser acrescidas. Assim, os cursos que se desenvolvam num ciclo de 2 anos devem procurar cumprir na íntegra a carga horária total estabelecida para cada qualificação do CNQ."



Plano Curricular - CEF Tipo II - Tratador(a) /Desbastador(a) de Equinos- 2018/2020

Componentes de Formação	Disciplinas	2018/2019 - 1º Ano					2019/2020 - 2º Ano					Total Horas	Total Tempos (45min)
		Horas/Ano	Tempos/Ano (45min)	Horas/Semana	Tempos/semana (45 min)	Tempos/Final (45min)	Horas/Ano	Tempos/Ano (45min)	Horas/Semana	Tempos/semana (45min)	Tempos/Final (45 min)		
Sociocultural	Língua Portuguesa	106	141	3,12	4,16	4	86	115	2,87	3,82	4	192	256
	Inglês	106	141	3,12	4,16	4	86	115	2,87	3,82	4	192	256
	CMA	106	141	3,12	4,16	4	86	115	2,87	3,82	4	192	256
	TIC	46	61	1,35	1,80	2	50	67	1,67	2,22	2	96	128
	HSST	30	40	0,88	1,18	1	0	0	0,00	0,00	0	30	40
	Educação Física	50	67	1,47	1,96	2	46	61	1,53	2,04	2	96	128
	Subtotal	444	592	13,06	17,41	17	354	472	11,80	15,73	16	798	1064
Científica	Matemática Aplicada	115	153	3,38	4,51	5	95	127	3,17	4,22	4	210	280
	Ciências Naturais	73	97	2,15	2,86	3	50	67	1,67	2,22	2	123	164
	Subtotal	188	251	5,53	7,37	8	145	193	4,83	6,44	6	333	444
Tecnológica	Maneio, Volteio e iniciação à equitação	150	200	4,41	5,88	6	0	0	0,00	0,00		150	200
	Sanidade e iniciação à sela na equitação	175	233	5,15	6,86	7	0	0	0,00	0,00		175	233
	Maneio e equitação	75	100	2,21	2,94	3	175	233	5,83	7,78	8	250	333
	Desbaste	0	0				225	300	7,50	10,00	10	225	300
	Subtotal	400	533	11,76	15,69	16	400	533	13,33	17,78	18	800	1067
	Estágio Contexto Trab.	0	0				210	280				210	280
	TOTAL	1032	1376	30,35	40,47	41	1109	1479		39,95	40	2141	2855

Notas:

1- No 1º ano foram contabilizadas 34 semanas

2- No 2º ano foram contabilizadas 30 semanas



3- De acordo com a Orientação Técnica nº3/2016 da ANQEP, "O total do ciclo de formação por componente constante nas matrizes curriculares das diferentes tipologias são as cargas mínimas que devem ser lecionadas (Artigo 5º do Despacho- Conjunto nº453/2004- horas de referência), as quais sempre que possível podem ser acrescidas. Assim, os cursos que se desenvolvam num ciclo de 2 anos devem procurar cumprir na íntegra a carga horária total estabelecida para cada qualificação do CNQ."



Matriz dos Cursos Científico-Humanísticos

Decreto-Lei n.º 139/2012 de 5 de julho

Diário da República, 1.ª série — N.º 129 — 5 de julho de 2012

Curso de Línguas e Humanidades

A presente matriz curricular apresenta, para referência e para efeito exemplificativo, a carga horária semanal organizada em períodos de 45 minutos, assumindo a sua distribuição semanal e por anos de escolaridade um carácter indicativo para as escolas:

Componentes de Formação		Carga Horária Semanal (a) (x45 minutos)		
		10.º	11.º	12.º
Geral	Português	4	4	5
	Língua Estrangeira I, II ou III (b): Inglês	4	4	-
	Filosofia	4	4	-
	Educação Física	4	4	4
Específica	Trienal: História A	6	6	6
	Opções (c):			
	Bienal 1 - Geografia A	6 ou 7	7	-
	Bienal 2 - Francês II	6 ou 7	7	-
	Opções (d)			
	Anual 1			
	Filosofia A			
	Geografia C			
	Latim B	-	-	4
	Línguas Estrangeiras I, II ou III			
Específica	Literatura de Língua Portuguesa			
	Psicologia B			
	Sociologia			
	Opções (e)			
	Anual 2 (f)			
	Antropologia			
	Aplicações Informáticas B			
	Ciência Política	-	-	4
	Clássicos da Literatura			
	Direito			
Específica	Economia C			
	Grego			
	Educação Moral e Religiosa (g)	(2)	(2)	(2)
	<i>Tempo a cumprir (h)</i>	34 a 36 (36 a 38)	34 a 36 (36 a 38)	23 (25)

(a) Carga horária semanal organizada em períodos de 45 minutos, assumindo a sua distribuição por anos de escolaridade um carácter indicativo. Em situações justificadas, a escola poderá utilizar uma diferente organização da carga horária semanal dos alunos, devendo contudo respeitar os totais por área curricular e ciclo, assim como o máximo global indicado para cada ano de escolaridade.

(b) O aluno escolhe uma língua estrangeira. Se tiver estudado apenas uma língua estrangeira no ensino básico, iniciará obrigatoriamente uma segunda língua no ensino secundário. No caso de o aluno iniciar uma língua, tomando em conta as disponibilidades da escola, poderá cumulativamente dar continuidade à Língua Estrangeira I como disciplina facultativa, com aceitação expressa do acréscimo de carga horária.

Matriz dos Cursos Científico-Humanísticos

Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho
Diário da República, 1.ª série — N.º 129 — 6 de julho de 2018

Curso de Línguas e Humanidades

Tomando por referência a matriz curricular-base e as opções relativas à autonomia e flexibilidade curricular, as escolas organizam o trabalho de integração e articulação curricular com vista ao desenvolvimento do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. As escolas organizam os tempos letivos na unidade que considerem mais adequada.

Componentes de Formação (b)		Carga Horária Semanal (a) (x45 minutos)		
		10.º	11.º	12.º
Geral	Português	4 ⁽¹⁸⁰⁾		
	Língua Estrangeira I, II ou III (c): Inglês	4 ⁽¹⁵⁰⁾		
	Filosofia	4 ⁽¹⁵⁰⁾		
	Educação Física	4 ⁽¹⁵⁰⁾		
Específica	Trienal: História A	6 ⁽²⁵⁰⁾		
	Opções (d): Bienal 1 - Geografia A Bienal 2 - Francês II	7 ⁽²⁷⁰⁻³¹⁵⁾ 7 ⁽²⁷⁰⁻³¹⁵⁾		
	Opções (e) Anual 1			
	Filosofia A Geografia C Latim B Línguas Estrangeiras I, II ou III Literatura de Língua Portuguesa Psicologia B Sociologia	-		
	Opções (f) Anual 2 (g) Antropologia Aplicações Informáticas B Ciência Política Clássicos da Literatura Direito Economia C Grego	-		
Educação Moral e Religiosa (h)		1		
Tempo a cumprir (i)(j)		36-37 1620 1530-1620		

(a) A carga horária semanal indicada constitui uma referência para cada componente de formação.

(b) A organização do funcionamento das disciplinas pode ocorrer de um modo trimestral, semestral, ou outro, de acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 19.º.

(c) O aluno escolhe uma língua estrangeira. Se tiver estudado apenas uma língua estrangeira no ensino básico, iniciará obrigatoriamente uma segunda língua no ensino secundário. No caso de o aluno iniciar uma língua, tomando em conta as disponibilidades da escola, poderá cumulativamente dar continuidade à Língua Estrangeira I como disciplina facultativa, com aceitação expressa do acréscimo de carga horária.

(d) O aluno escolhe duas disciplinas bienais.

(e) O aluno escolhe duas disciplinas anuais, sendo uma delas obrigatoriamente do conjunto de opções da alínea (e).

(g) Oferta dependente do projeto educativo da escola – conjunto de disciplinas comum a todos os cursos.

(h) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa, com um tempo letivo, nunca inferior a 45 minutos, a organizar na unidade definida pela escola.

(i) Em função das opções dos diversos cursos científico-humanísticos.

(j) Do somatório das cargas horárias alocadas a cada disciplina resulta um tempo total inferior ao Total constante na matriz, ficando ao critério da escola a gestão do tempo sobranete.

(k) Componente desenvolvida com o contributo de disciplinas e componentes de formação

Matriz dos Cursos científico-humanísticos

Decreto-Lei n.º 139/2012 de 5 de julho

Diário da República, 1.ª série — N.º 129 — 5 de julho de 2012

Curso de Ciências e Tecnologias

A presente matriz curricular apresenta, para referência e para efeito exemplificativo, a carga horária semanal organizada em períodos de 45 minutos, assumindo a sua distribuição semanal e por anos de escolaridade um carácter indicativo para as escolas:

Componentes de Formação		Carga Horária Semanal (a) (x45 minutos)		
		10.º	11.º	12.º
Geral	Português	4	4	5
	Língua Estrangeira I, II ou III (b): Inglês	4	4	-
	Filosofia	4	4	-
	Educação Física	4	4	4
Específica	Trienal: Matemática A	6	6	6
	Opções (c):			
	Bienal 1 – Biologia e Geologia	6 ou 7	7	-
	Bienal 2 - Física e Química A	6 ou 7	7	-
	Opções (d)			
	Anual 1			
	Biologia	-	-	4
	Física	-	-	4
	Geologia	-	-	4
	Química	-	-	4
Específica	Opções (e)			
	Anual 2 (f)			
	Antropologia	-	-	4
	Aplicações Informáticas B	-	-	4
	Ciência Política	-	-	4
	Clássicos da Literatura	-	-	4
	Direito	-	-	4
	Economia C	-	-	4
	Filosofia A	-	-	4
	Geografia C	-	-	4
Específica	Grego	-	-	4
	Língua Estrangeira I, II ou III	-	-	4
	Psicologia B	-	-	4
	Educação Moral e Religiosa (g)	(2)	(2)	(2)
	<i>Tempo a cumprir (h)</i>	34 a 36 (36 a 38)	34 a 36 (36 a 38)	23 (25)

(a) Carga horária semanal organizada em períodos de 45 minutos, assumindo a sua distribuição por anos de escolaridade um carácter indicativo. Em situações justificadas, a escola poderá utilizar uma diferente organização da carga horária semanal dos alunos, devendo contudo respeitar os totais por área curricular e ciclo, assim como o máximo global indicado para cada ano de escolaridade.

(b) O aluno escolhe uma língua estrangeira. Se tiver estudado apenas uma língua estrangeira no ensino básico, iniciará obrigatoriamente uma segunda língua no ensino secundário. No caso de o aluno iniciar uma língua, tomando em conta as disponibilidades da escola, poderá cumulativamente dar continuidade à Língua Estrangeira I como disciplina facultativa, com aceitação expressa do acréscimo de carga horária.

(c) O aluno escolhe duas disciplinas bienais.

(d) (e) O aluno escolhe duas disciplinas anuais, sendo uma delas obrigatoriamente do conjunto de opções (d).

(f) Oferta dependente do projeto educativo da escola — conjunto de disciplinas comum a todos os cursos.

(g) Disciplina de frequência facultativa, nos termos do artigo 19.º, com carga fixa de 2 x 45 minutos.

(h) Carga máxima em função das opções dos diversos cursos.

Matriz dos Cursos científico-humanísticos

Decreto-Lei n.º 55/2018 de 6 de julho
Diário da República, 1.ª série — N.º 129 — 6 de julho de 2018

Curso de Ciências e Tecnologias

Tomando por referência a matriz curricular-base e as opções relativas à autonomia e flexibilidade curricular, as escolas organizam o trabalho de integração e articulação curricular com vista ao desenvolvimento do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. As escolas organizam os tempos letivos na unidade que considerem mais adequada.

Componentes de Formação (b)			Carga Horária Semanal (a)			
			(x45 minutos)			
Geral	Português	Cidadania e Desenvolvimento (k)	10.º			
	Língua Estrangeira I, II ou III (c): Inglês		4 ⁽¹⁸⁰⁾			
	Filosofia		4 ⁽¹⁵⁰⁾			
	Educação Física		4 ⁽¹⁵⁰⁾			
Específica	Trienal: Matemática A		6 ⁽²⁵⁰⁾			
	Opções (d): Bienal 1 – Biologia e Geologia Bienal 2 - Física e Química A		7 ⁽²⁷⁰⁻³¹⁵⁾ 7 ⁽²⁷⁰⁻³¹⁵⁾			
	Opções (e) Anual 1 Biologia Física Geologia Química		-			
	Opções (f) Anual 2 (g) Antropologia Aplicações Informáticas B Ciência Política Clássicos da Literatura Direito Economia C Filosofia A Geografia C Grego Língua Estrangeira I, II ou III Psicologia B		-			
	Educação Moral e Religiosa (h)		1			
	Tempo a cumprir (i)(j)		36-37 1620 1530-1620			

(a) A carga horária semanal indicada constitui uma referência para cada componente de formação.

(b) A organização do funcionamento das disciplinas pode ocorrer de um modo trimestral, semestral, ou outro, de acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 19.º.

(c) O aluno escolhe uma língua estrangeira. Se tiver estudado apenas uma língua estrangeira no ensino básico, iniciará obrigatoriamente uma segunda língua no ensino secundário. No caso de o aluno iniciar uma língua, tomando em conta as disponibilidades da escola, poderá cumulativamente dar continuidade à Língua Estrangeira I como disciplina facultativa, com aceitação expressa do acréscimo de carga horária.

(d) O aluno escolhe duas disciplinas bienais.

(e) (f) O aluno escolhe duas disciplinas anuais, sendo uma delas obrigatoriamente do conjunto de opções da alínea (e).

(g) Oferta dependente do projeto educativo da escola – conjunto de disciplinas comum a todos os cursos.

(h) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa, com um tempo letivo, nunca inferior a 45 minutos, a organizar na unidade definida pela escola.

(i) Em função das opções dos diversos cursos científico-humanísticos.

(j) Do somatório das cargas horárias alocadas a cada disciplina resulta um tempo total inferior ao Total constante na matriz, ficando ao critério da escola a gestão do tempo sobranante.



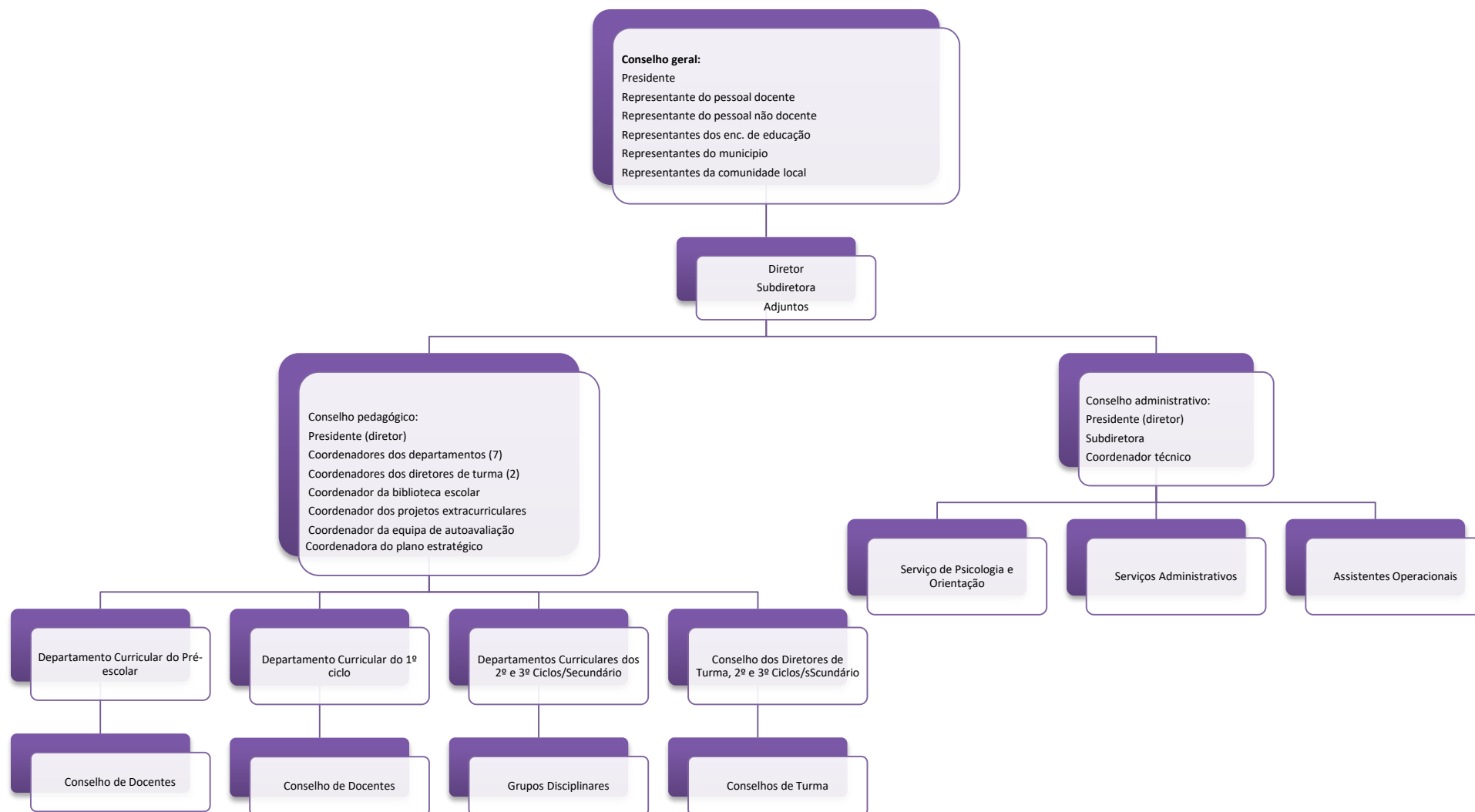
(k) Componente desenvolvida com o contributo de disciplinas e componentes de formação

Anexo

Anexo 4 – Organograma



ORGANOGRAMA





Agrupamento de Escolas de Nisa